



PLANO MUNICIPAL
PARA A INTEGRAÇÃO DE
MIGRANTES

DO **CONCELHO** DE BRAGA

2018 | 2020

FICHA TÉCNICA:

Título: Plano Municipal para a Integração de Migrantes

ELABORAÇÃO

logframe
: . : . : . : . : .

Logframe, Consultoria e Formação, Lda

Rua Almeida e Sousa, 23 6º B, 1350-006 Lisboa

www.logframe.pt

COLABORAÇÃO



Câmara Municipal de Braga

Praça do Município, 4700-435 Braga

<https://www.cm-braga.pt/pt>

EDIÇÃO, PROPRIEDADE E REPRODUÇÃO

Câmara Municipal de Braga

Praça do Município, 4700 - 435 Braga

<https://www.cm-braga.pt/pt>

Nota de abertura

Braga é uma Cidade cosmopolita, aberta a diferentes culturas e nacionalidades e que se orgulha de efetuar todos os esforços no sentido de garantir a igualdade de tratamento e oportunidades de crescimento pessoal e familiar a todos os cidadãos, independentemente da sua origem ou nacionalidade.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido a nível de integração social é encarado como prioritário pelo Município de Braga. Tendo consciência das dificuldades de integração dos imigrantes num novo contexto e da urgência de um especial acompanhamento e atenção por parte das entidades públicas, temos desenvolvido várias iniciativas para facilitar o seu acolhimento e integração.

O Plano Municipal para a Integração de Imigrantes (PMII) – 2ª Geração é mais um passo no sentido de refletir as ideias e contributos dos representantes das comunidades imigrantes através de um diálogo intercultural e de procurar ir ao encontro dos seus anseios e expectativas.

Com este documento, que leva também em conta a monitorização e avaliação dos resultados obtidos pelo PMII 2015-2017, efetuamos uma atualização das necessidades das comunidades oriundas de países terceiros residentes no Concelho e redefinimos objetivos respeitando o contexto atual.

Este Plano assenta numa estratégia de desenvolvimento sustentável para o Concelho através da criação de novas oportunidades para a inclusão e fomento da coesão social.

Bem-vindos a Braga, uma Cidade que vos recebe de braços abertos.

Ricardo Rio

Presidente da Câmara Municipal de Braga

Índice

Nota de abertura	3
Índice de Tabelas	5
Índice de Gráficos	5
Índice de Figuras	7
Enquadramento	8
Âmbito do Plano Municipal para a Integração dos Migrantes	8
Metodologia	10
Diagnóstico	11
Retrato Municipal	11
Contextualização e Breve Resenha do Concelho de Braga	19
População	21
Distribuição Espacial	24
Estrutura Etária	26
Dinâmica Populacional	28
As Migrações no Concelho de Braga	29
As Famílias	29
Educação e formação	30
Levantamento Qualitativo e Quantitativo da Realidade Migrante no Concelho	32
Serviços de Acolhimento e Integração	36
Perceções dos Parceiros	42
Plano Municipal para a Integração de Migrantes	56
Dimensão estratégica	56
Dimensão Operacional	62
Teoria da mudança	76
Modelo de Monitorização e Avaliação	77
Modelo de Governação	79
Lista de siglas	80
Referências Bibliográficas e Eletrónicas	81
Anexos	83
Inquérito aplicado online	83
Nacionalidade da população estrangeira residente no município de Braga	99

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Dinâmica populacional, 2016	13
Tabela 2 - Nados-vivos e óbitos por freguesia, 2017	14
Tabela 3 - Indicadores de Educação, 2016	15
Tabela 4 - Constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas, 2016/2017.....	15
Tabela 5 - Poder de Compra Concelhio, 2015	16
Tabela 6 - Comércio Internacional, 2016	16
Tabela 7 - Empresas e Estabelecimentos, 2015.....	16
Tabela 8 - Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares (€), 2016/2017	17
Tabela 9 - Licenciamento e conclusão de obras, 2016.....	17
Tabela 10 - Turismo, 2016	17
Tabela 11 - Despesas das Câmaras Municipais em atividades culturais e de desporto, 2016....	18
Tabela 12 - Densidade Populacional, Portugal, Região Norte, Cávado e seus municípios	22
Tabela 13 - Saldo populacional total, Portugal e Braga	23
Tabela 14 - Saldo populacional natural, Portugal e Braga	23
Tabela 15 - Saldo migratório, Portugal e Braga	24
Tabela 16 - Evolução da Densidade Populacional por freguesia	25
Tabela 17 - Índices Sociais	27
Tabela 18 - Índices Sociais (continuação).....	28
Tabela 19 - Taxa de atração e repulsão interna	28
Tabela 20 - Núcleos Familiares	29
Tabela 21 - Nível de escolaridade completo da população residente	30
Tabela 22 - Nível de escolaridade completo da população residente (%)	30
Tabela 23 - Nível de escolaridade completo da população residente, por freguesia.....	31
Tabela 24 - Taxa Bruta de Escolarização e Pré-Escolarização.....	32
Tabela 25 - Saldo Migratório nos anos de 2011, 2013, 2015 e 2017.....	33
Tabela 26 - População estrangeira, segundo grandes zonas mundiais, com estatuto legal de residente em %, (perante a população estrangeira residente) nos anos de 2011 e 2017	35
Tabela 27 - População estrangeira com estatuto de residente segundo as principais nacionalidades no município de Braga, 2017	35
Tabela 28 - Distribuição etária da população estrangeira no concelho de Braga, em 2011 (%) .36	
Tabela 29 - População estrangeira com estatuto de residente segundo as principais nacionalidades no município de Braga, 2017	99

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Estrutura etária da população, 2016	13
Gráfico 2 – Demografia, dados relativos a 2017.....	18
Gráfico 3 - Evolução da População residente no concelho de Braga segundo os Censos	22
Gráfico 4 - Evolução da População residente no concelho de Braga segundo faixa etária	27
Gráfico 5 - População estrangeira com estatuto legal de residente, em % da população residente	33

Gráfico 6 - Taxa de variação da População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente	34
Gráfico 7 - N.º de cidadãos atendidos no CLAIM, segundo a sua situação Legal, entre 2016 e 2018	38
Gráfico 8 - N.º de cidadãos atendidos no CLAIM, segundo o seu país de origem, entre 2016 e 2018	39
Gráfico 9 - N.º de cidadãos atendidos no CLAIM, segundo o género, entre 2016 e 2018.....	40
Gráfico 10 - N.º de cidadãos atendidos no CLAIM, segundo o motivo da sua deslocação, entre 2016 e 2018.....	41
Gráfico 11 - Pessoas atendidas no CLAIM, segundo a faixa etária, em 2016, 2017 e 2018 8 até novembro 2018)	41
Gráfico 12 - Entidades inquiridas que participaram ativamente no desenho do anterior Plano Municipal para a Integração de Imigrantes.....	43
Gráfico 13 - Entidades inquiridas que participaram ativamente na execução do anterior Plano Municipal para a Integração de Imigrantes.....	43
Gráfico 14 - Entidades inquiridas que considera o PMIM um instrumento importante para quem trabalha na área das migrações no concelho de Braga.....	43
Gráfico 15 - Entidades que consideram a área do 'Emprego/ Trabalho e Empreendedorismo' uma área prioritária no trabalho com migrantes	44
Gráfico 16 - Considera a área da Educação, Formação e Língua Portuguesa uma área prioritária no trabalho com imigrantes, em Braga?.....	45
Gráfico 17 - Nível de conhecimento/domínio médio da língua portuguesa da população imigrante, segundo as entidades inquiridas.....	45
Gráfico 18 - Classificação média da situação dos migrantes, a nível local, no que diz respeito a cada um dos itens (escala utilizada: 1 mau; 2 insuficiente; 3 médio; 4 bom; 5 muito bom)	46
Gráfico 19 - Entidades que consideram a área do 'Acesso à Saúde e Proteção Social' uma área prioritária no trabalho com migrantes.....	47
Gráfico 20 - Classificação média da situação dos migrantes, a nível local, no que diz respeito a cada um dos itens (escala utilizada: 1 mau; 2 insuficiente; 3 médio; 4 bom; 5 muito bom)	47
Gráfico 21 - Entidades com conhecimento de situações de discriminação nos sistemas de saúde e proteção social portugueses, para com migrantes, em Braga	48
Gráfico 22 - Entidades que consideram a área da 'Cidadania e Participação Cívica' uma área prioritária no trabalho com migrantes.....	49
Gráfico 23 - Classificação média da situação dos migrantes, a nível local, no que diz respeito a cada um dos itens (escala utilizada: 1 mau; 2 insuficiente; 3 médio; 4 bom; 5 muito bom)	50
Gráfico 24 - Entidades que consideram a área da 'Habitação' uma área prioritária no trabalho com migrantes.....	50
Gráfico 25 - Classificação média da situação dos migrantes, a nível local, no que diz respeito a cada um dos itens (escala utilizada: 1 mau; 2 insuficiente; 3 médio; 4 bom; 5 muito bom)	51
Gráfico 26 - Entidades que consideram a área do 'Acolhimento e Integração' uma área prioritária no trabalho com migrantes.....	51
Gráfico 27 - Classificação média do trabalho e serviços prestados por cada uma das seguintes entidades, ao nível local, no acolhimento e integração dos migrantes (escala utilizada: 1 mau; 2 insuficiente; 3 médio; 4 bom; 5 muito bom).....	52

Gráfico 28 - Entidades que consideram a área da 'Religião' uma área prioritária no trabalho com migrantes.....	53
Gráfico 29 - Entidades que consideram existirem lugares de culto próximos e adequados à prática religiosa dos migrantes.....	53
Gráfico 30 - Entidades que consideram a área dos 'Media e Sensibilização da Opinião Pública' uma área prioritária no trabalho com migrantes	54
Gráfico 31 - Entidades que consideram a área do 'Racismo e Discriminação' uma área prioritária no trabalho com migrantes.....	54

Índice de Figuras

Figura 1 - Divisão Territorial da Região: NUTS III e Municípios	12
Figura 2 - Concelho de Braga em Portugal	19
Figura 3 - NUTS III integradas no Norte de Portugal	20
Figura 4 - Freguesias do Concelho de Braga.....	21

Enquadramento

Âmbito do Plano Municipal para a Integração dos Migrantes

No âmbito do Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020), comprometeu-se o governo Português em implementar medidas de apoio à integração social da população imigrante e, por outro lado, dar um novo impulso à ligação efetiva entre Portugal e os cidadãos residentes no estrangeiro.

Estes dois vetores de atuação predem-se quer com a necessidade de continuidade dos planos de integração de imigrantes e dos seus descendentes, mas também com a adaptação à nova realidade vivida no nosso país onde se verificou uma alteração do perfil migratório: desde 2014 a população imigrante diminuiu bem como se alteraram os motivos pelos quais procuram o nosso país (reagrupamento familiar e estudos), e a população emigrante aumentou gradualmente provocando que Portugal, desde 2010, apresente um saldo migratório negativo.

Segundo o relatório estatístico anual de 2017, do observatório das migrações, em 2016 verificou-se um aumento nas entradas de pessoas e uma diminuição nas saídas de pessoas de Portugal, (mantendo-se a tendência observada nos anos anteriores) gerando ainda assim um saldo migratório negativo (-8.348), uma vez que os valores da emigração se mantiveram superiores aos da imigração. O saldo migratório de 2016 é, no entanto, menos negativo do que o apurado em 2015 (-10.481), tendo o ano de 2012 sido o que Portugal apresentou um saldo migratório mais negativo (-37.352).

Estas alterações do quadro migratório, não são exclusivas do território Português e estão relacionadas com diversos fatores como a globalização, as crises financeiras e os diferentes ritmos económicos entre os diferentes países/territórios. Desta forma torna-se fundamental uma sinergia de planos e ações, internacionais, nacionais e locais, para que a integração social da população migrante seja uma realidade, uma vez que a mesma pode contribuir para a atenuação de alguns problemas demográficos e económicos sentidos nos diversos territórios.

Dados disponibilizados pelo relatório estatístico anual de 2017: Indicadores de Integração de imigrantes, do Observatório das migrações, referem que Portugal está em vigésimo primeiro lugar, a nível Europeu, quanto à importância relativa de estrangeiros no total de residentes, com 3,8%, tendo esta posição vindo a decrescer fruto da diminuição da população estrangeira residente no território.

A Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (RMAD) constitui-se como uma rede pioneira na conceção, implementação e avaliação de políticas locais estruturantes sustentáveis, tendo por base planos municipais transversais ao processo de acolhimento e integração dos migrantes ao nível local, assentes no diagnóstico real das suas necessidades.

Esta rede integra cerca de uma centena de municípios de norte a sul do país e regiões autónomas, estando muitos deles envolvidos na elaboração e implementação dos seus Planos Municipais para a Integração de Migrantes.

O Município de Braga aderiu a esta rede, reconhecendo o potencial de estratégias territoriais específicas que podem ser melhoradas ou implementadas para uma integração positiva dos migrantes que residem no concelho. O PMII 2015-2017 de Braga teve como finalidade promover

a plena integração de nacionais de países terceiros em Braga, nomeadamente nas áreas de serviços de acolhimento e integração, Urbanismo e Habitação, Mercado de Trabalho e Empreendedorismo, Educação e Língua, Capacitação e Formação, Cultura, Saúde, Solidariedade e Resposta Social, Cidadania e Participação Cívica, Media e Sensibilização da Opinião Pública, Racismo e discriminação, Relações Internacionais, entre outras.

Estas áreas de atuação estratégicas são confluentes com algumas das questões apresentadas no relatório estatístico anual de 2017: Indicadores de Integração de imigrantes, do Observatório das migrações, o qual refere que: os imigrantes apresentam normalmente maiores dificuldades em obter bons resultados escolares, se comparados com os nacionais; que a compreensão da língua materna do país de acolhimento é essencial para uma integração bem-sucedida; que apesar de um aumento da qualificação dos imigrantes em Portugal, a mesma nem sempre é reconhecida e por isso os estrangeiros estão, por comparação aos nacionais, mais representados nos grupos profissionais da base (em 2015, cerca de 51% dos trabalhadores estrangeiros estavam empregados nos grupos profissionais da base, enquanto apenas 40% dos trabalhadores portugueses estavam nesses grupos); que os estrangeiros residentes apresentam maiores riscos de pobreza e vivem com maior privação material, quando comparados com os nacionais; que a população estrangeira tem uma maior dificuldade de acesso ao mercado da habitação; que a participação cívica, nomeadamente ao nível eleitoral, é ainda diminuta, uma vez que os estrangeiros continuam a estar sub-representados no recenseamento eleitoral; que ao nível da discriminação e racismo, as queixas de discriminação de base racial e étnica acolhidas na Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) foram, em 2016, 119 queixas, o que representa um aumento de +42% face ao ano de 2015. (as mais frequentes por discriminação nos media - 35%; seguindo-se as participações por discriminação na área laboral - 16% e pelas forças de segurança -9%).

A integração da população migrante é assim um enorme desafio, por apresentar inúmeras áreas a trabalhar e convergir por forma a que a mesma seja efetiva e efetivada.

Metodologia

No processo de construção do novo PMIM de Braga, existia já uma experiência prévia que foi importante considerar, nomeadamente, o desenho, a conceção e a implementação do anterior Plano Municipal de Integração de Imigrantes. Atendendo a esta realidade, optou-se por uma lógica de alguma continuidade, garantido que a construção do atual PMIM integrasse momentos chave que possibilitassem a participação dos parceiros envolvidos no processo anterior e também todas as entidades cuja atuação e competências sejam passíveis de contribuir de alguma forma para uma integração plena e efetiva dos cidadãos migrantes no concelho de Braga. Assim, foi possível garantir a partilha de informação e recolher elementos fundamentais relativos à perceção de um conjunto de entidades relativamente aos principais problemas vividos pela população migrante e identificação de possíveis linhas de atuação face a esses constrangimentos, utilizando o potencial dos recursos existentes no território.

Quanto às etapas metodológicas, foi lançado, num primeiro momento, um inquérito online (disponível em anexo ao presente documento) a todas as entidades identificadas pelo Município de Braga, de acordo com os critérios anteriormente expostos.

Através deste instrumento, foi possível recolher um conjunto de importantes perceções sobre os principais problemas existentes em cada uma das áreas identificadas, quais as características desses problemas e que soluções poderiam e deveriam ser postas em prática para os minimizar ou resolver. Este instrumento online foi estruturado em torno das seguintes áreas: mercado de trabalho e empreendedorismo; educação, formação e língua portuguesa; saúde e proteção social; cidadania e participação cívica; habitação; acolhimento e integração; religião; media e sensibilização da opinião pública; racismo e discriminação; para além de um conjunto de questões transversais às diferentes áreas temáticas.

A informação recolhida através deste inquérito por questionário permitiu estruturar um primeiro conjunto de áreas temáticas, problemas e estratégias possíveis, as quais constituíram o conteúdo em torno do qual foi realizado um workshop com os parceiros locais e representantes de migrantes. Neste momento de trabalho, foram organizados pequenos subgrupos que percorreram as diversas áreas temáticas produzindo informação em grupo que permitiram orientar o trabalho de conceção do plano a três níveis. Quais os principais problemas existentes em cada uma das áreas prioritárias, quais as estratégias mais adequadas e prioritárias, como seria possível operacionalizar cada uma dessas estratégias e que entidades ou recursos deveriam ser mobilizados ou negociados para a implementação de cada uma das estratégias identificadas.

Após este momento de trabalho foi construída a estrutura estratégica e operacional para o Plano Municipal.

Para além deste processo de partilha e construção conjunta decorreram, simultaneamente, dois processos de recolha de informação complementares.

Por um lado, foi recolhida a informação quantitativa, qualitativa e estatística, produzida por entidades nacionais. Por outro lado, foram recolhidos dados, a nível local, relativos ao acesso, utilização e resultados obtidos na relação entre a população migrante e um conjunto de serviços disponibilizados aos cidadãos, entre os quais, os cidadãos migrantes. Ambos os dados, cruzados

com as perceções dos parceiros locais, permitiram a atualização do diagnóstico e a sustentação das opções estratégicas integradas no presente Plano.

Diagnóstico

O diagnóstico tem como finalidade caracterizar o contexto da forma o mais rigorosa possível e, conseqüentemente, definir relações causais e integrá-las no contexto económico, social, cultural e político local. É o diagnóstico que garante a adequabilidade das respostas às necessidades e realidades locais, bem como potencia a eficácia de qualquer projeto de intervenção. Como princípios para a elaboração deste diagnóstico elegemos a participação, a clareza, a pertinência e a qualidade, percorrendo as várias fases da sua estrutura:

1. Recolha de dados qualitativos
2. Recolha de dados quantitativos
3. Recolha de perceções dos atores chave
4. Pesquisa bibliográfica
5. Tratamento dos dados recolhidos
6. Análise e interpretação dos problemas/constrangimentos
7. Estabelecimento de prioridades

Retrato Municipal

Iniciamos o diagnóstico com uma breve caracterização socioeconómica do concelho de Braga, baseada nos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) a dezembro de 2017, com a qual pretendemos dar uma visão sumária, global e atualizada do território e população residente.

O Instituto Nacional de Estatística, nos seus ‘Dossiês Temáticos – Municípios’¹, apresenta um conjunto de indicadores relevantes para a caracterização socioeconómica do concelho de Braga (NUTS III/ NUTS II: Cávado/ Norte), os quais são relevantes apresentar aqui, pela leitura rápida que fornecem relativamente ao território, sem realizar ainda uma interpretação individualizada a cada conjunto de indicadores, o que será feito mais adiante no presente Plano.

Neste “retrato municipal” os dados estão atualizados, sempre que existam disponíveis, e incluem uma visão sobre alguns dos principais dados que integram as seguintes três dimensões: território e população, atividade económica e indicadores demográficos e sociais.

Este retrato municipal poderá ser consultado nas suas atualizações realizadas a dezembro de cada ano, permitindo, desta forma avaliar a evolução dos vários indicadores ao longo do tempo.

No capítulo seguinte abordaremos de forma mais detalhada as dimensões referenciadas neste mesmo ‘retrato rápido’.

¹ https://www.ine.pt/documentos/municipios/0303_2018.pdf

Território e População

Figura 1 - Divisão Territorial da Região: NUTS III e Municípios

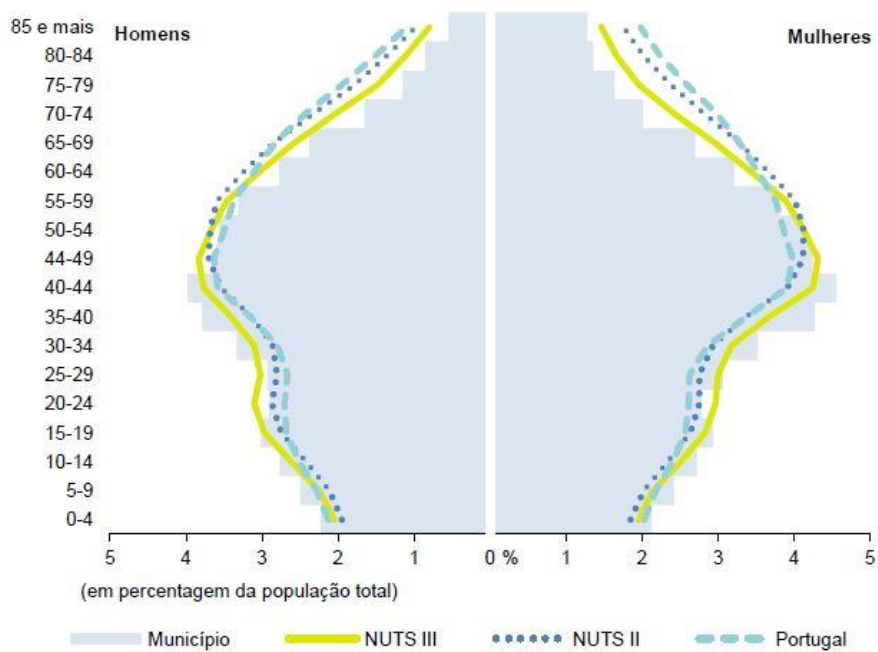


Tabela 1 - Dinâmica populacional, 2016

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
Pop. Residente	181182	404664	3584575	10309573	44,8%
Homens	85730	192668	1699787	4882456	44,5%
Mulheres	95452	211996	1884788	5427117	45%
Com menos de 15 anos	26736	57719	477792	1442416	46,3%
Com 65 ou mais anos	28182	66722	699431	2176640	42,2%
Densidade Populacional (nº/km ²)	987,9	324,8	168,4	111,8	
Tx crescimento efetivo anual (%)	-0,2	-0,5	-0,5	-0,3	
Tx crescimento natural anual (%)	0,3	0,1	-0,2	-0,2	
Índice de Potencialidade	71,7	73,6	72,2	71,3	

Fonte: INE, Estimativas da População Residente; Ministério do Ambiente, Ordenamento do território e energia – Direção Geral do Território, Carta Administrativa Oficial de Portugal

Gráfico 1 - Estrutura etária da população, 2016



Fonte: INE, Estimativas Provisórias da População Residente

Tabela 2 - Nados-vivos e óbitos por freguesia, 2017

	N.º Nados Vivos	N.º Óbitos	Crescimento Natural (Nº)
Adaúfe	23	35	-12
Braga (São Vicente)	131	109	22
Braga (São Vítor)	301	204	97
Espinho	5	5	0
Esporões	16	16	0
Figueiredo	4	4	0
Gualtar	62	21	41
Lamas	10	5	5
Mire de Tibães	18	20	-2
Padim da Graça	10	10	0
Palmeira	41	37	4
Pedralva	9	10	-1
Priscos	10	7	3
Ruilhe	2	14	-12
Sequeira	8	15	-7
Sobreposta	10	4	6
Tadim	14	4	10
Tebosa	3	3	0
UF de Arentim e Cunha	6	14	-8
UF de Braga (Maximinos, Sé e Cividade)	141	117	24
UF de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)	101	150	-49
UF de Cabreiros e Passos (São Julião)	7	26	-19
UF de Celeirós, Aveleda e Vimieiro	62	46	16
UF de Crespos e Pousada	12	11	1
UF de Escudeiros e Penso (Santo Estêvão e São Vicente)	10	13	-3
UF de Este (São Pedro e São Mamede)	29	25	4
UF de Ferreiros e Gondizalves	99	40	59
UF de Guisande e Oliveira (São Pedro)	3	7	-4
UF de Lomar e Arcos	62	41	21
UF de Merelim (São Paio), Panoias e Parada de Tibães	31	30	1
UF de Merelim (São Pedro) e Frossos	29	23	6
UF de Morreira e Trandeiras	8	13	-5
UF de Nogueira, Fraião e Lamações	193	79	114
UF de Nogueiró e Tenões	65	25	40
UF de Real, Dume e Semelhe	122	58	64
UF de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra	7	8	-1
UF de Vilaça e Fradelos	8	13	-5

Fonte: INE, Nados-vivos e óbitos, 2017

Tabela 3 - Indicadores de Educação, 2016

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal
Tx Bruta de pré- escolarização (%)	101	98	96	91
Tx Bruta de escolarização no ensino básico (%)	114	105	109	110
Tx Bruta de escolarização no ensino secundário (%)	146	113	112	115
Tx de retenção e desistência no ensino básico regular (%)	4,9	5,0	6,7	7,9
Tx de transição/ conclusão no ensino secundário regular (%)	85	86,2	86,0	83,4

Fonte: INE, Direção-Geral de estatísticas da educação e ciência

Indicadores de Atividade Económica

Tabela 4 - Constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas, 2016/2017

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
Out-17	63	115	1000	3220	54,8
Set-17	64	115	920	3005	55,7
Ago-17	40	91	805	2707	44,0
Jul-17	62	109	900	2895	56,9
Jun-17	72	138	1025	3261	52,2
Mai-17	88	135	1081	3330	65,2
Abr-17	47	90	849	2724	52,2
Mar-17	75	150	1286	4033	50,0
Fev-17	70	127	1033	3227	55,1
Jan-17	80	164	1353	4259	48,8
Dez-16	59	105	892	2731	56,2
Nov-16	43	97	804	2616	44,3
12 Meses	763	1436	11948	38008	53,1

Fonte: INE, Constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas por escritura pública

Tabela 5 - Poder de Compra Concelhio, 2015

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal
Fator Dinamismo Relativo	-,492	-,309	-,281	-,009
Poder de compra per capita	105,42	88,81	92,09	100
Proporção de poder de compra (% -no total do País)	1,85	3,491	32,093	100

Fonte: INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio

Tabela 6 - Comércio Internacional, 2016

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
Saldo da Balança Comercial	387065	984236	5765848	-11220617	-
Exportação de bens	1112502	2083703	20453084	50022263	53,4
Tx de variação (2016/2015) (%)	19,8	15,4	5,8	0,8	
Importação de bens	725437	1099467	14687236	61242880	66,0
Tx de variação (2016/2015) (%)	20,4	13,6	6,0	1,5	
Taxa de cobertura (%)	153,4	189,5	139,3	81,7	

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens

Tabela 7 - Empresas e Estabelecimentos, 2015

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
Empresas					
Pessoal ao Serviço (nº)	63768	141119	1219654	3578913	45,2
Volume de negócios (milhões €)	5134	9665	93871	331601	53,1
Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas (%)	20,2	10,7	6,0	5,2	
Valor acrescentado bruto (milhões €)	1223	2450	23085	80547	49,9
Taxa de variação (2015/2014) (%)	8,1	6,3	6,3	5,8	
Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas (%)	15,7	8,2	4,7	4,5	
Sociedades					
Taxa de sobrevivência das sociedades nascidas 2 anos antes (%)	58,5	63,6	66,4	60,6	
Estabelecimentos					
Pessoal ao Serviço (nº)	70727	148169	1256181	3567289	47,7
Volume de negócios (milhões €)	5776	10451	96287	327671	55,3

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

Tabela 8 - Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares (€), 2016/2017

Trimestre	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal
2º trimestre 2017	656	666	743	896
1º trimestre 2017	651	660	731	881
4º trimestre 2016	642	648	720	866
3º trimestre 2016	643	650	713	855

Fonte: INE, estatísticas de preços da habitação ao nível local

Tabela 9 - Licenciamento e conclusão de obras, 2016

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
Obras licenciadas					
Nº de edifícios	371	858	6257	15374	43,2
Taxa de variação (2016/2015) (%)	59,9	51,9	12,3	10,5	-
Reabilitação	130	185	1856	4613	70,3
Construções novas	241	673	4401	10761	35,8
Para habitação familiar	205	553	3036	7333	37,1
Fogos	332	764	4408	11372	43,5
Obras concluídas					
Nº de edifícios	208	519	4228	10661	40,1
Taxa de variação (2016/2015) (%)	35,9	15,1	-0,4	-3,2	-
Reabilitação	51	120	1313	3346	42,5
Construções novas	157	399	2915	7315	39,3
Para habitação familiar	136	319	1969	4732	42,6
Fogos	177	383	2816	7256	46,2

Fonte: INE, inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios e estatísticas de obras concluídas

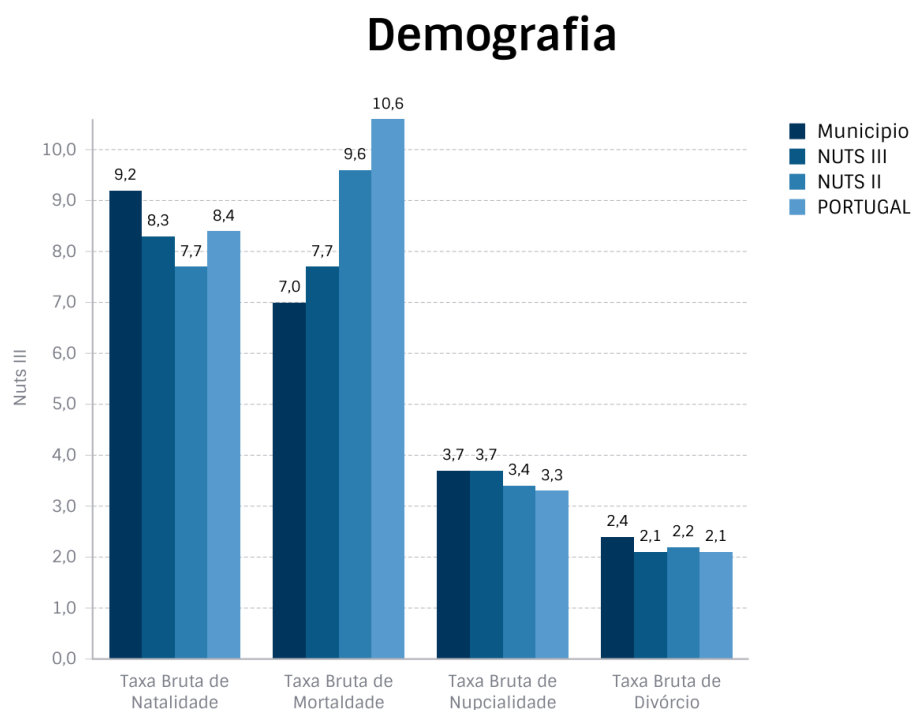
Tabela 10 - Turismo, 2016

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
Estabelecimentos hoteleiros (Nº)	35	132	1141	4805	26,5
Hotéis (Nº)	21	45	315	1237	46,7
Capacidade de alojamento (Nº)	3010	7072	58247	380818	42,6
Hóspedes (Nº)	282648	428077	4358420	21252625	66,0
Dormidas (Nº)	483956	795627	7989922	59122640	60,8
Estadia média	1,7	1,9	1,8	2,8	-
Proveitos (milhares €)	18011	32555	403945	3103755	55,3

Fonte: INE, inquérito à permanência de hóspedes e outros dados na hotelaria

Indicadores Demográficos e Sociais

Gráfico 2 – Demografia, dados relativos a 2017



Fonte: INE

Tabela 11 - Despesas das Câmaras Municipais em atividades culturais e de desporto, 2016

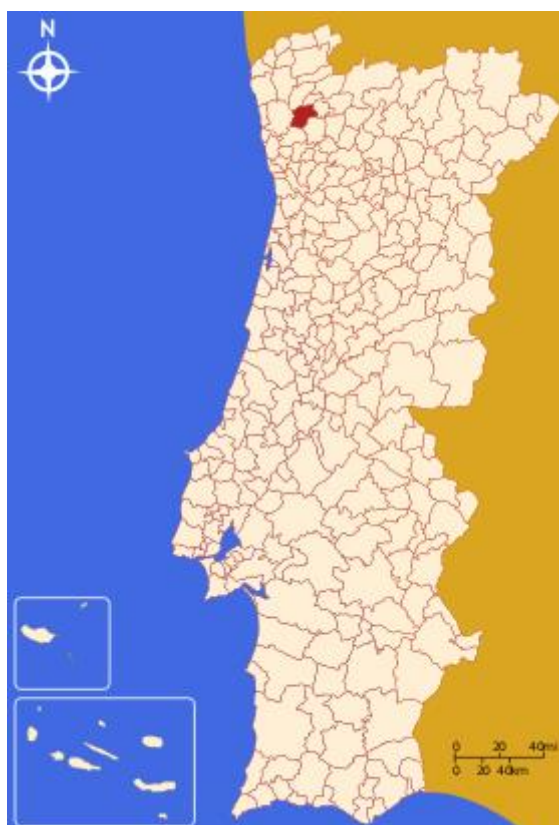
	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
Em atividades culturais e criativas (milhares €)	4426	9789	109159	385661	45,2
Património	74	570	17336	78931	13,0
Bibliotecas e arquivos	186	1249	22457	66447	14,9
Artes do espetáculo	1967	3353	25044	87907	58,7
Atividades interdisciplinares	2018	3573	30137	111197	56,5
Em atividades culturais e criativas por habitante (€/hab)	24,4	24,2	30,5	37,4	-
Em atividades e equipamentos desportivos por habitante (€/hab)	49,1	31,3	30,4	25,3	-

Fonte: INE, inquérito ao financiamento de atividades culturais, criativas e desportivas pelas Câmaras Municipais

Contextualização e Breve Resenha do Concelho de Braga

O território de Braga fica situado no Norte de Portugal, na região do Cávado, estendendo-se por uma área de 183,40 km². Com a sua origem bimilenar, a sua história remonta a Roma Antiga aquando da sua fundação em 16 A.C com Bracara Augusta em homenagem ao imperador romano.

Figura 2 - Concelho de Braga em Portugal

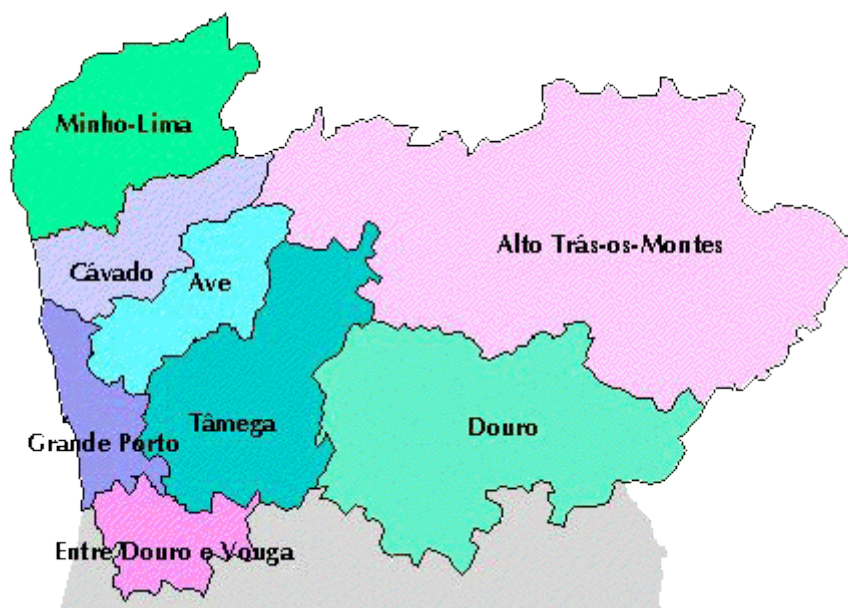


Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Braga>

Situada na região do Minho, o seu território é marcado por diferentes paisagens, com serras, planaltos e planícies, tendo altitudes que variam entre os 20 e os 572 metros. As duas bacias hidrográficas que se encontram no seu território são também marcantes: a bacia hidrográfica do rio Cávado a norte e a bacia hidrográfica do rio Ave a sul.

Na perspetiva da Nomenclatura das Unidades Territoriais (NUTS III), integra-se no Norte (NUTS II), especificamente no Cávado (NUTS III).

Figura 3 - NUTS III integradas no Norte de Portugal



Fonte: Cartográfica do Instituto Geográfico do Exército (IGeoE), extraído de Vareira (2008).

Geograficamente o Concelho é limitado a norte pelo município de Amares, a leste por Póvoa de Lanhoso, a sueste por Guimarães, a sul por Vila Nova de Famalicão, a oeste por Barcelos e a Noroeste por Vila Verde. O concelho de Braga pertence ao distrito de Braga e é capital do mesmo, subdividindo-se em 37 freguesias, após a reorganização administrativa de 2013 (até essa data existiam 62 freguesias).

Figura 4 - Freguesias do Concelho de Braga



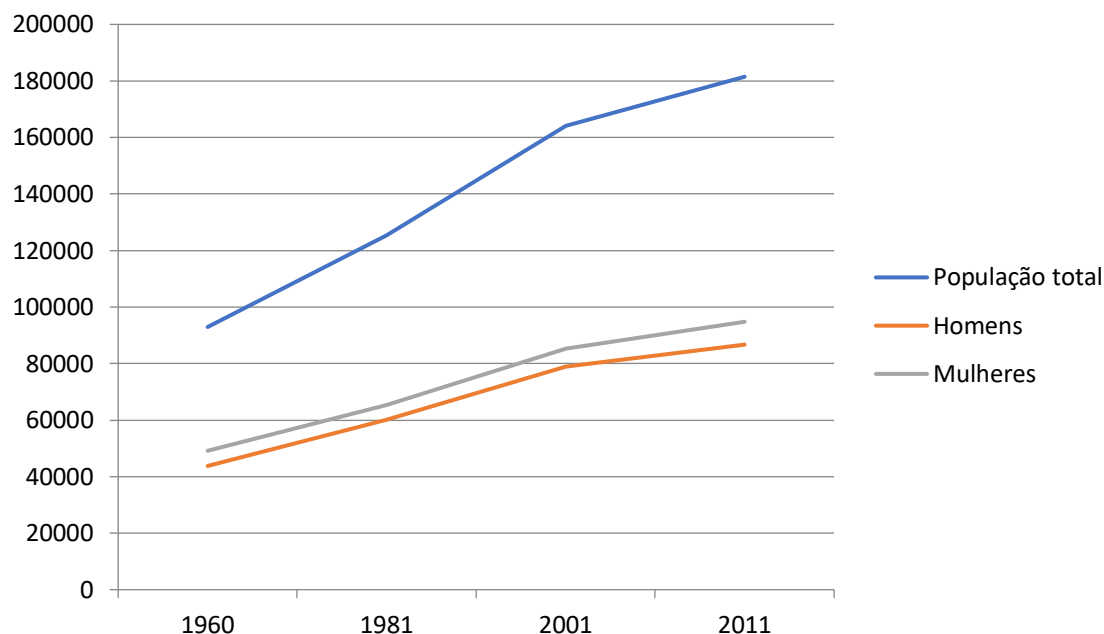
Fonte: www.cm-braga.pt

População

Evolução Demográfica

O concelho de Braga ao longo das últimas décadas, como se pode verificar no gráfico seguinte, teve um crescimento populacional o qual diminuiu o seu ritmo a partir de 2001, sendo ainda assim positivo a um nível global.

Gráfico 3 - Evolução da População residente no concelho de Braga segundo os Censos



Fonte: PORDATA

O Concelho de Braga é densamente povoado, tendo em 2017 uma densidade populacional de 988,5nº/km², apresentando assim um valor acima da média nacional, não existindo qualquer concelho pertencente à área geográfica do Cávado com uma densidade populacional superior.

Tabela 12 - Densidade Populacional, Portugal, Região Norte, Cávado e seus municípios

Anos	N.º médio de indivíduos por Km ²									
	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Portugal	112,5	114,6	114,7	114,5	114,0	113,4	112,8	112,3	112,0	111,7
Norte	173,2	174,3	173,8	173,4	172,7	171,7	170,7	169,7	168,9	168,2
Cávado	316,1	329,0	329,4	329,7	329,6	328,7	327,6	326,7	325,6	324,5
Amares	226,1	231,1	230,9	230,2	229,0	227,4	225,6	224,0	222,6	221,7
Barcelos	322,1	320,2	318,8	318,0	317,5	316,2	314,8	313,6	311,8	309,7
Braga	900,1	979,9	986,6	991,4	993,1	992,3	990,7	989,8	988,8	988,5
Esposende	349,8	359,8	359,7	359,8	359,8	359,2	358,3	357,2	356,3	356,0
Terras de Bouro	29,9	27,0	26,5	26,0	25,5	25,0	24,6	24,2	23,8	23,5
Vila Verde	204,1	210,0	210,0	209,8	209,7	209,2	208,4	207,7	206,7	205,7

Fonte: PORDATA

No período entre 2001 e 2012 verifica-se um aumento da densidade populacional no concelho de Braga, tendo o mesmo diminuído entre 2012 e 2017, apresentando ainda assim valores bastante superiores à média dos concelhos da região do Cávado.

Analisando pormenorizadamente o saldo total da população residente do município nos últimos anos podemos destacar que, entre 2012 e 2016 este apresentou valores negativos, devendo-se sobretudo ao acentuado fluxo migratório para o exterior derivado à crise económica sentida em Portugal.

O saldo total do concelho apresentou assim um decréscimo na última década denotando-se em 2017 uma inversão de sentido, existindo já um saldo total positivo. Esta tendência é também notória a nível nacional, em que ainda que negativo o saldo total nacional foi menor que em 2016.

Tabela 13 - Saldo populacional total, Portugal e Braga

Saldo total										
Anos	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Portugal	63.895	10.465	-758	-	-55.109	-59.988	-52.479	-	-	-18.546
Braga	2.482	1.394	1.067	695	-66	-263	-294	-51	-320	200

Fonte: PORDATA

Para estes valores apresentados, em muito contribuiu o saldo populacional natural do concelho de Braga, o qual foi, ao longo da última década positivo, ao contrário do que se vem sentindo a nível nacional. Ainda assim é de denotar que o próprio saldo natural da população também diminuiu de 2011 a 2015.

Tabela 14 - Saldo populacional natural, Portugal e Braga

Saldo Natural										
Anos	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Portugal	7.682	-4.943	-4.573	-5.992	-17.771	-23.758	-22.476	-23.039	(R) -23.447	-23.432
Braga	1.030	698	644	735	517	296	366	361	(R) 486	410

Fonte: PORDATA

De acordo com a tabela apresentada em seguida, podemos constatar que o período entre 2012 e 2016 foi o que apresentou valores mais negativos no saldo migratório do concelho. Existindo por isso um maior número de pessoas a sair do concelho do que a entrar.

Tabela 15 - Saldo migratório, Portugal e Braga

Saldo migratório										
Anos	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Portugal	56.213	15.408	3.815	-24.331	-37.338	-36.230	-30.003	-10.453	(R) -8.310	4.886
Braga	1.452	696	423	-40	-583	-559	-660	-412	(R) -806	-210

Fonte: PORDATA

Distribuição Espacial

No ano de 2016, de acordo com o Anuário estatístico do Norte (INE), a densidade populacional nacional foi de 111,8 n^o/km², a do Norte foi de 168,4 n^o/km², do Cávado foi de 324,8 n^o/km² e a do concelho de Braga foi 987,9 n^o/km². Em todos estes territórios, comparando os dados de 2016 com os valores de 2011 verifica-se com a densidade populacional diminuiu, sendo a nacional de 114,3 n^o/km², a do Norte foi de 172,9 n^o/km², do Cávado foi de 328,9 n^o/km² e a do concelho de Braga foi 990,3 n^o/km².

De seguida, iremos analisar o modo como a população se distribui pelas freguesias, a sua evolução a este nível de desagregação e a densidade populacional. Uma vez que iremos utilizar os dados dos Censos, iremos também optar pela divisão administrativa das 62 freguesias e não a das atuais 37, considerando ainda que iremos compreender três períodos para termos de comparação: 1991, 2001 e 2011 (na medida em que não estão disponíveis valores estimados para 2018, ao nível das freguesias).

Desta análise podemos verificar que a maior densidade populacional se situa nas freguesias do centro da cidade de Braga, embora em 2011 outras freguesias como Real, Fraião, Ferreiros e Gualtar estejam também com densidades populacionais equivalentes às primeiras. As freguesias com menor densidade populacional são as freguesias de Pousada, Santa Lucrécia de Algeriz e Pedralva, freguesias limítrofes do concelho, e situadas mais no interior do território nacional, fazendo fronteira com o concelho vizinho de Póvoa de Lanhoso.

Tabela 16 - Evolução da Densidade Populacional por freguesia

Local de residência (à data dos Censos 2001)	Densidade populacional (N.º/ km ²) por Local de residência (à data dos Censos 2001); Decenal		
	1991	2001	2011
	N.º/ km ²	N.º/ km ²	N.º/ km ²
Concelho de Braga	771,09	896,29	989,6
Adaúfe	383,86	366,37	343,5
Arcos	790,25	832,38	870
Arentim	411,60	431,95	367,2
Aveleda	1071,94	1190,29	1135,5
Cabreiros	632,41	585,91	540,5
Celeirós	1003,86	1069,50	1173,4
Braga (Cidade)	6686,15	6199,17	4679,5
Crespos	192,20	262,36	238
Cunha	166	184,71	195
Dume	900,21	783,26	826,6
Escudeiros	249,34	248,87	264,3
Espinho	290,20	298,02	263,9
Esporões	383,67	389,15	360,5
Ferreiros	1866,38	2658,44	2988,3
Figueiredo	654,67	600,89	591,1
Fraião	1198,50	1739,78	3759,9
Frossos	650,82	1096	1391,2
Gondizalves	846,60	840,04	859,2
Gualtar	1133,40	1391,43	1932,2
Guisande	182,47	183,68	218,2
Lamações	463,53	699,40	1294,8
Lamas	464,26	564,78	671,7
Lomar	1219,20	1769,14	1927,2
Braga (Maximinos)	4072	5290,43	5165,4
Mire de Tibães	556,51	548,25	559,3
Morreira	241,19	220,93	207,4
Navarra	199,79	203,38	206,1
Nogueira	802,18	922,28	1134,8
Nogueiró	341,52	767,06	1357,9
Padim da Graça	492,93	465,53	448,2
Palmeira	379,04	517,32	615,8
Panoias	943,99	1224,11	1249
Parada de Tibães	394,90	424,14	663,9
Pedralva	143,02	142,52	137,6
Pousada	128,03	133,09	125,8
Priscos	354,71	353,63	367,5
Real	2020,21	3228,50	5081,4
Ruilhe	576,30	592,63	518,3
Santa Lucrécia de Algeriz	140,50	121,68	134
Penso (Santo Estêvão)	172,28	178,53	194,2
Braga (São João do Souto)	4664,67	3628,94	2823,1
Braga (São José de São Lázaro)	6846,21	6818,17	6242,2

Passos (São Julião)	366,35	349,31	327,8
Este (São Mamede)	251,41	260,56	272,8
Merelim (São Paio)	1066,95	1101,42	1141,6
Este (São Pedro)	529,53	557,95	632,8
Merelim (São Pedro)	932,20	924,09	1037,7
Oliveira (São Pedro)	273,66	253,16	229,6
Braga (São Vicente)	3311,69	4768,18	5189,7
Penso (São Vicente)	282,06	231,99	199,1
Braga (São Vítor)	4620,30	6220,88	7258,5
Braga (Sé)	12162,53	9764,33	9141,7
Semelhe	235,16	280,14	259
Sequeira	519,20	466,57	416,3
Sobreposta	185,04	208,32	217,6
Tadim	329,34	330,09	426,4
Tebosa	400,93	423,74	436,5
Tenões	520,25	640,26	828,2
Trandearas	779,56	747,65	744,5
Vilaça	576,75	568,47	505,5
Vimieiro	366,09	393,58	429,1
Fradelos	581,99	568,57	641,4

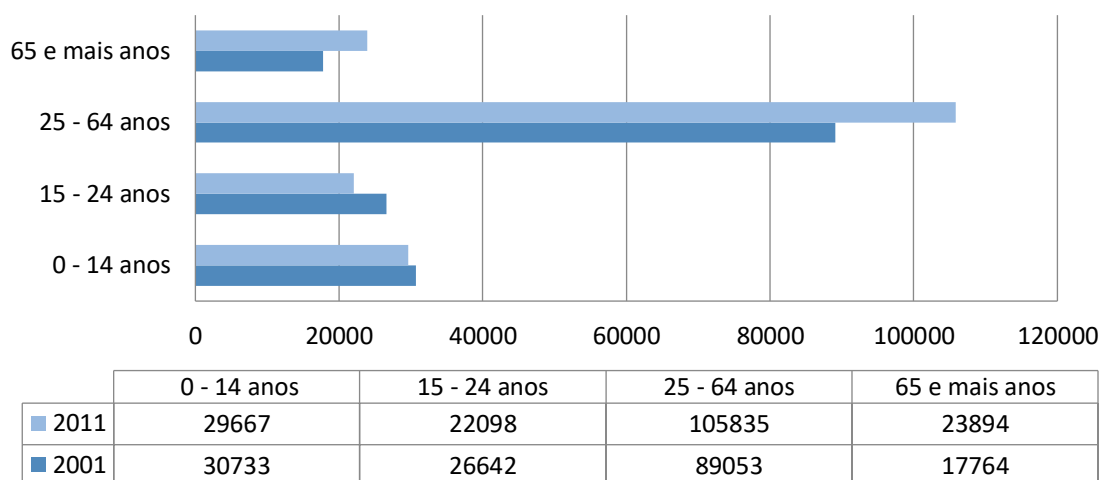
Fonte: INE, Censos

Estrutura Etária

A análise da população residente segundo os grupos etários, permite visualizar as frações das crianças, dos jovens estudantes, da população ativa e da população maioritariamente reformada (com 65 e mais anos).

Analisando a evolução dos dados entre 2001 e 2011, verifica-se que na faixa etária 0-14 anos sofreu uma variação negativa de 3,5%, bem como a faixa etária dos 15-24 anos a qual teve uma variação negativa ainda superior, 17,10%. Já ao nível das faixas etárias 25-64 anos verificou-se uma variação positiva de 18,8% e de 34,5% para a população com mais de 65 anos. Estes são dados que evidenciam o envelhecimento populacional que se verifica no concelho e que vai de encontro à tendência nacional.

Gráfico 4 - Evolução da População residente no concelho de Braga segundo faixa etária



Fonte: INE, Censos

No que se refere ao índice de masculinidade, o concelho de Braga tem vindo a diminuir o número de homens em comparação com o número de mulheres, tendo mesmo em 2017 tido um índice um pouco abaixo da média nacional.

Já no que se refere ao índice de dependência dos Idosos o concelho, apresenta em 2017, valores inferiores aos nacionais e regionais, verificando-se o mesmo no índice de dependência dos Jovens e no índice de dependência total. Assim por cada 100 pessoas ativas estão cerca de 23 idosos dependentes e 20 jovens e, para cada 100 jovens existem 111 idosos. Assim, ao nível do índice de envelhecimento, embora no concelho de Braga este seja superior a 100 (111) é ainda assim inferior ao índice nacional (155,4) ou ao nível da região norte (153,3).

Aos índices analisados anteriormente junta-se a renovação da população ativa como índice positivo no concelho de Braga (86), em comparação com o índice nacional (78,7), contudo este valor é preocupante pois indica que por cada 100 ativos a sair do mercado de trabalho apenas entram 86.

Tabela 17 - Índices Sociais

	Masc.	Depend. Idosos	Depend. Jovens	Depend. total	Índice envelhec.	Longev.	Renov. pop. ativa
PT (2017)	89,8	33,3	21,4	54,7	155,4	48,4	78,7
Norte (2017)	89,8	29,9	19,5	49,4	153,3	46,7	79,0
Cávado (2017)	90,6	24,6	20,2	44,8	122,2	45,2	90,1
Braga							
2017	89,5	23,2	20,9	44,1	111,0	43,0	86,0
2011	91,4	18,3	23,1	41,4	79,5	46,4	117,1
2001	92,7	15,3	26,9	42,5	57,8	39,9	217,7
1991	92,5		33,8	46,9	38,8	37,7	226,3

Fonte: INE

Tabela 18 - Índices Sociais (continuação)

	Taxa bruta natalidade	Taxa bruta de mortalidade	Taxa de cresc natural	Taxa de crescimento migratório	Taxa de crescimento efetivo
PT (2017)	8,4	10,6	-0,23	0,05	-0,18
Norte (2017)	7,7	9,6	-0,19	-0,05	-0,23
Cávado (2017)	8,3	7,7	0,06	-0,23	-0,18
Braga					
2017	9,2	7,0	0,23	- 0,12	0,11
2011	10,0	5,9	0,40	- 0,02	0,38
2001	12,9	6,7	0,62	0,88	1,51
1991					

Fonte: INE

Relativamente à taxa de natalidade, podemos verificar que em 2017 o concelho de Braga apresentava uma taxa superior à nacional e regional, nascendo 9 crianças por cada 1000 habitantes. Braga apresenta, apesar de baixa, uma taxa de crescimento natural positiva (0,23), quando a nível nacional este valor se encontra negativo (-0,23). Ainda assim, verifica-se que a mesma tem vindo a diminuir desde 2001. Pelos vários fatores apresentados anteriormente, Braga consegue apresentar uma taxa de crescimento efetivo positivo (0,11) tendo o mesmo vindo a diminuir desde 2001, tal como o crescimento natural e a taxa de crescimento migratório.

Dinâmica Populacional

Tabela 19 - Taxa de atração e repulsão interna

	Taxa de atração total por local de residência	Taxa de repulsão interna por local de residência
Portugal	2,04%	
Norte	2,31%	0,88%
Cávado	4,09%	2,29%
Braga	6,34%	4,18%

Fonte: INE, Censos 2011

O concelho de Braga tem uma capacidade de atração de nova população superior aos valores nacionais e das NUT 2 e 3. Este indicador relaciona a população residente no concelho que há 10 anos residia em outro local, com o total da população residente no concelho em 2016. A taxa de repulsão é a inversa, ou seja, a proporção da população residente que há 10 anos residia na unidade territorial e já não reside, em relação à população residente na unidade territorial em causa.

As Migrações no Concelho de Braga

No que respeita à emigração, no Município não são efetuados registos e os que existem do INE, só existem a nível nacional, sem desagregação a outros níveis territoriais. Com a livre circulação na Europa comunitária, não há forma de os conhecer com exatidão. O valor mais aproximado é o do saldo fisiológico que, no caso de Braga, tem vindo a aumentar devido à crescente chegada de migrantes. Assim, de 1960 a 1991, o concelho perdeu uma média decenal de -12,3% da sua população, de 1991 a 2001 este valor desacelerava para - 1,2% e na última década, perdeu somente -0,1%, o que, com uma taxa de natalidade de 8/mil habitantes, só é explicável pela significativa entrada de migrantes verificada no território. Pouco se conhece sobre a emigração a nível local. Pode ser utilizada a taxa de repulsão, como dado ilustrativo daqueles que partem, o que daria um valor aproximado de 4,18 % nos últimos 10 anos.

As Famílias

A família tradicional, tal como a conhecemos na sua forma clássica, sofreu uma metamorfose e dispersou-se numa miríade de outras formas de vivência em conjunto. Por esta razão optámos por trabalhar com os dados dos núcleos familiares, ou seja: o conjunto de duas ou mais pessoas pertencentes à mesma família clássica, mantendo uma relação de cônjuges, parceiros numa união de facto ou progenitor e descendentes e que pode traduzir-se em casal sem filhos, casal com um ou mais filhos ou pai ou mãe com um ou mais filhos. Desta forma alargámos o conceito de família. De seguida apresentamos os dados que julgamos relevantes para a análise em questão.

Tabela 20 - Núcleos Familiares

	Famílias (nº)	Com filhos	%	Ambos desempregados ou sem act económica	%	Famílias Monoparentais	%
Portugal	4048559	2094732	51,74%	483621	11,95%	480443	11,87%
Norte	1332127	772963	58,02%	191102	14,35	155832	11,70%
Cávado	137515	89168	64,84%	19488	14,17%	16292	11,85%
Braga	64092	39514	61,65%	8291	12,94%	7866	12,27%

Fonte: INE, CENSOS 2011

Verifica-se que o concelho de Braga apresenta uma maior percentagem de famílias com filhos em comparação com os níveis nacionais ou regionais. Destaca-se ainda o fato de existirem quase 13% de famílias em que ambos os progenitores estão desempregados e cerca de 12% das famílias do concelho ser monoparental.

Educação e formação

O concelho de Braga, ao nível da escolarização da sua população, apresenta ainda valores bastante elevados nos níveis mais baixos, registando ainda um número elevado de população sem qualquer nível de escolaridade completo.

Tabela 21 - Nível de escolaridade completo da população residente

Local de residência (à data dos Censos 2001)	População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Nível de escolaridade mais elevado completo						
	Nenhum	Básico - 1.º ciclo	Básico - 2.º ciclo	Básico - 3.º ciclo	Secundário	Pós- secundário	Superior
Portugal	1999754	2688308	1412580	1716970	1411801	88023	1244742
Norte	688842	1018389	563972	578950	437916	26221	375392
Cávado	75385	101382	67836	67997	50609	2855	44105
Concelho de Braga	30312	38467	24982	30804	26282	1435	29212

Fonte: INE, CENSOS 2011

Tabela 22 - Nível de escolaridade completo da população residente (%)

Local de residência (à data dos Censos 2001)	População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Nível de escolaridade mais elevado completo						
	Nenhum	Básico - 1.º ciclo	Básico - 2.º ciclo	Básico - 3.º ciclo	Secundário	Pós- secundário	Superior
Portugal	18,93%	25,45%	13,37%	16,26%	13,37%	0,83%	11,78%
Norte	18,67%	27,60%	15,29%	15,69%	11,87%	0,71%	10,17%
Cávado	18,38%	24,72%	16,54%	16,58%	12,34%	0,70%	10,75%
Concelho de Braga	16,70%	21,19%	13,76%	16,97%	14,48%	0,79%	16,10%

Fonte: INE, CENSOS 2011

Tabela 23 - Nível de escolaridade completo da população residente, por freguesia

Local de residência (à data dos Censos 2011)	População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Nível de escolaridade mais elevado completo						
	Nenhum	Básico - 1.º ciclo	Básico - 2.º ciclo	Básico - 3.º ciclo	Secundário	Pós-secundário	Superior
Concelho de Braga	30312	38467	24982	30804	26282	1435	29212
Adaúfe	690	1134	589	601	410	15	272
Arcos	135	211	110	135	95	4	74
Arentim	144	287	117	142	121	13	60
Aveleda	391	572	319	384	284	14	185
Cabreiros	294	423	280	245	151	5	113
Celeirós	630	780	603	597	414	35	230
Braga (Cividade)	159	311	181	213	227	10	321
Crespos	201	268	156	125	86	2	61
Cunha	136	180	99	110	75	3	43
Dume	602	976	489	480	376	26	302
Escudeiros	248	343	173	156	101	7	87
Espinho	221	309	220	226	120	4	81
Esporões	341	458	280	291	216	6	117
Ferreiros	1302	1676	1167	1443	1193	85	841
Figueiredo	241	377	229	187	106	6	52
Fraião	780	518	306	568	706	40	1687
Frossos	326	336	264	306	266	19	289
Gondizalves	229	384	183	242	202	14	187
Gualtar	810	1026	588	775	862	47	1178
Guisande	131	155	106	91	33	4	18
Lamações	394	284	195	374	446	32	800
Lamas	159	233	157	143	90	8	52
Lomar	1028	1416	1002	1170	799	40	586
Braga (Maximinos)	1567	2023	1433	1800	1525	90	1354
Mire de Tibães	424	660	458	440	289	5	161
Morreira	175	218	137	115	60	11	31
Navarra	83	124	84	72	48	8	41
Nogueira	936	1065	710	950	925	49	1289
Nogueiró	662	439	250	408	581	36	1373
Padim da Graça	275	398	306	264	187	9	82
Palmeira	925	1363	803	862	768	25	722
Panoias	294	366	328	302	204	16	153
Parada de Tibães	215	274	182	204	199	7	168
Pedralva	235	358	218	157	96	5	41
Pousada	101	106	62	63	72	3	41
Priscos	250	369	211	222	159	10	120
Real	1399	1288	1138	1492	1203	79	1067
Ruilhe	248	282	152	199	169	8	84
Santa Lucrécia de Algeriz	91	158	63	93	70	2	57
Penso (Santo Estêvão)	100	103	84	71	47	1	29
Braga (São João do Souto)	151	208	48	89	87	2	140
Braga (São José de São Lázaro)	1811	2696	1741	2495	2223	96	2514

Passos (São Julião)	117	166	117	112	77	3	62
Este (São Mamede)	363	480	274	269	214	14	175
Merelim (São Paio)	417	681	418	446	287	16	186
Este (São Pedro)	360	540	246	316	264	17	305
Merelim (São Pedro)	313	474	278	334	240	10	271
Oliveira (São Pedro)	100	135	115	76	51	6	32
Braga (São Vicente)	2006	2367	1645	2458	2123	105	2532
Penso (São Vicente)	59	108	52	54	33	1	7
Braga (São Vítor)	4549	4708	3356	4930	4923	256	6920
Braga (Sé)	519	808	495	618	471	27	420
Semelhe	147	236	101	125	82	8	84
Sequeira	320	557	244	305	213	11	161
Sobreposta	282	290	275	268	121	7	58
Tadim	231	243	158	177	189	10	135
Tebosa	203	345	258	181	99	3	40
Tenões	161	208	145	184	212	14	456
Trandearas	110	194	132	116	83	4	61
Vilaça	145	243	109	134	86	3	74
Vimieiro	218	341	223	241	132	14	64
Fradelos	158	188	120	158	91	5	66

Fonte: INE, CENSOS 2011

Dados de 2016, mostram que o concelho de Braga detém taxas superiores às nacionais, no que se refere à pré-escolarização e escolarização, quer no ensino básico, quer no ensino secundário. Em Braga, todas as taxas são superiores a 100%, o que indica que o município teve capacidade de acolher todas as crianças e jovens, com idade normal de frequência desses ciclos.

Tabela 24 - Taxa Bruta de Escolarização e Pré-Escolarização

	Taxa bruta de Pré-escolarização	Taxa Bruta de escolarização	
		Ensino Básico	Ensino Secundário
Portugal	91,1	109,6	114,7
Norte	95,5	109,3	112
Cávado	97,6	105,3	113
Braga	100,6	114,4	146,3

Fonte: Anuário estatístico da região Norte 2016

Levantamento Qualitativo e Quantitativo da Realidade Migrante no Concelho

O movimento migratório em Portugal sofreu a partir de 2011 uma inversão, na medida que até então o saldo migratório era positivo (15408 em 2009). Com a crise económica inicia-se o período de êxodo dos cidadãos portugueses, à procura de emprego, e o país já não se revela tão atrativo aos olhos dos povos estrangeiros. Em 2011, todos os territórios referenciados na tabela

apresentavam um saldo migratório negativo, tendência esta, que se manteve até ao ano de 2015, embora se denote que, apesar de negativo o saldo migratório tem vindo a diminuir, sendo inclusive positivo para o território nacional em 2017. Braga manteve um saldo migratório negativo em todos os anos observados. Em 2013, verifica-se que todos os territórios apresentaram o pior resultado ao nível do saldo migratório negativo, reflexo do aumento da saída de migrantes e da diminuição do fluxo contrário.

Tabela 25 - Saldo Migratório nos anos de 2011, 2013, 2015 e 2017

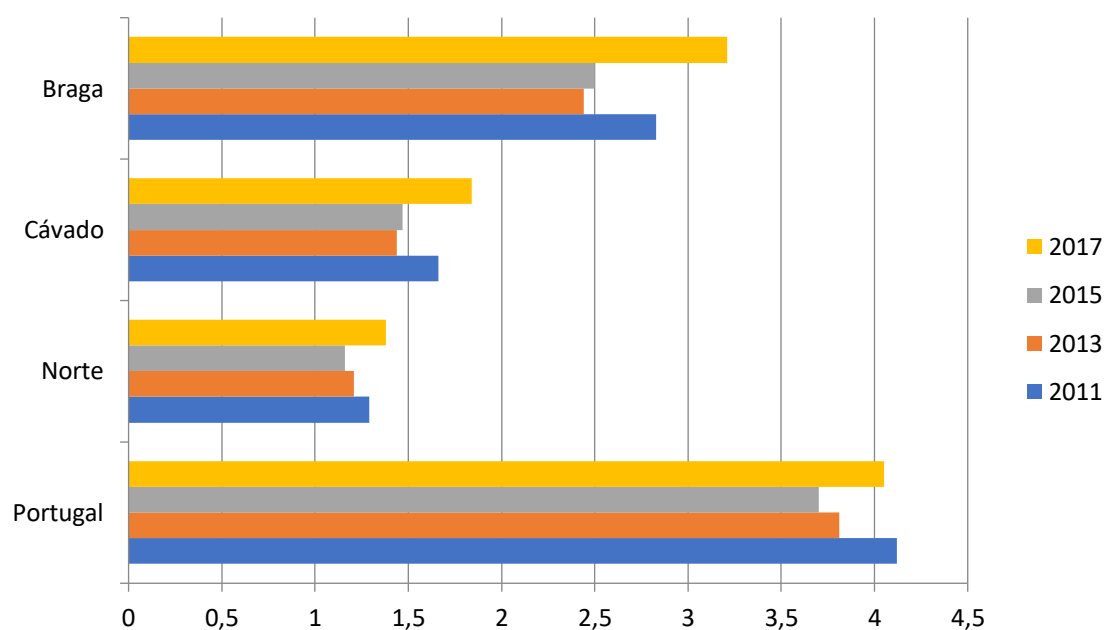
	2011	2013	2015	2017
Portugal	-24331	-36232	-10481	4886
Norte	-6307	-15730	-11716	-1661
Cávado	-282	-1414	-1041	-939
Braga	-40	-559	-413	-210

Fonte: INE

O saldo migratório teve assim dois fatores preponderantes: a saída da população do território e a diminuição de chegada de população estrangeira, algo que podemos visualizar no gráfico seguinte onde é notório a diminuição percentual de população estrangeira residente no território até 2015, estando esta tendência a inverter em 2017.

Braga, apesar de estar com um aumento percentual da população estrangeira residente, está ainda em 2017 abaixo da média nacional.

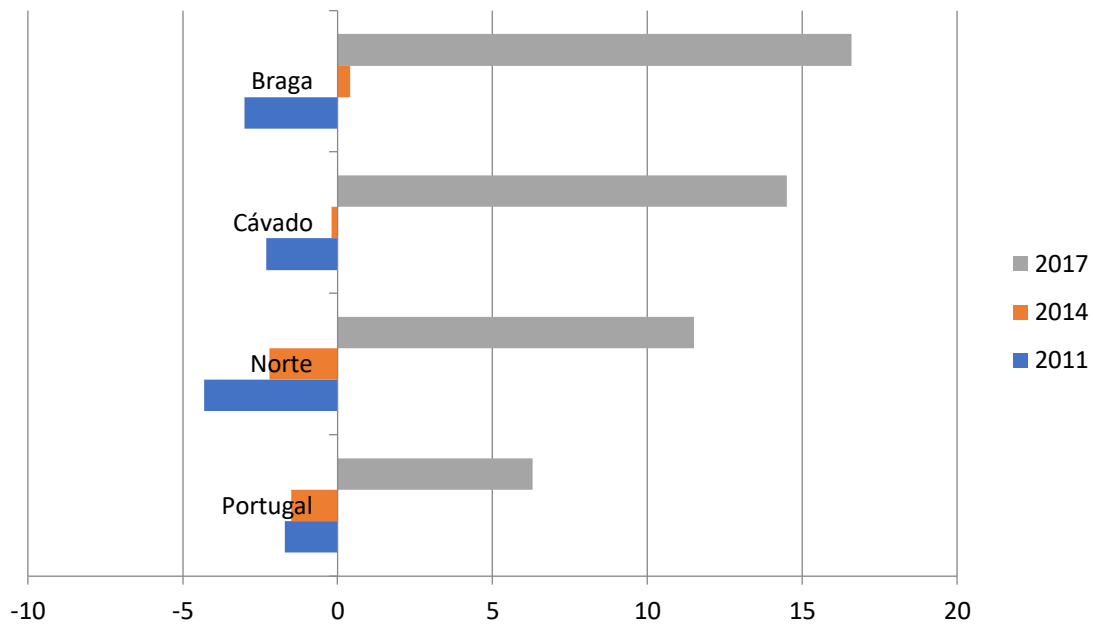
Gráfico 5 - População estrangeira com estatuto legal de residente, em % da população residente



Fonte: PORDATA

A variação da população estrangeira com estatuto legal de residente foi, quer a nível nacional, regional e concelhio, negativa em 2011 notando-se uma evolução em todos os territórios em 2014, apesar de ser ainda negativa em Portugal, região Norte e região do Cávado. Em 2017 todas estas áreas analisadas apresentavam já uma taxa positiva, marcada pelo aumento acentuado da população estrangeira.

Gráfico 6 - Taxa de variação da População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente



Fonte: PORDATA

Analisando os anos de 2011 e 2017, verificamos que a origem da população estrangeira com estatuto legal de residência, tem variado nas diferentes áreas territoriais. Em Braga os estrangeiros oriundos da Europa têm vindo a diminuir, ao contrário do que se passa a nível nacional, tendo-se sentido uma maior evolução de população oriunda do continente Americano, nomeadamente do Brasil.

Tabela 26 - População estrangeira, segundo grandes zonas mundiais, com estatuto legal de residente em %, (perante a população estrangeira residente) nos anos de 2011 e 2017

	Europa			África		
	2011	2017	variação (2011-2017)	2011	2017	variação (2011-2017)
Portugal	40,70%	43,90%	3,20%	24%	20,60%	-3,40%
Norte	43,10%	36,70%	-6,40%	12,80%	13,60%	0,80%
Cávado	45,20%	32,80%	-12,40%	13,40%	14,80%	1,40%
Braga	43,50%	29,70%	-13,80%	15%	15,90%	0,90%

	América			Ásia		
	2011	2017	variação (2011-2017)	2011	2017	variação (2011-2017)
Portugal	27,60%	22,60%	-5,00%	7,50%	12,80%	5,30%
Norte	33,20%	36,30%	3,10%	11,20%	13,40%	2,20%
Cávado	32,50%	41,90%	9,40%	8,70%	10,50%	1,80%
Braga	33%	43,50%	10,50%	8,40%	10,80%	2,40%

Fonte: PORDATA

Podemos analisar mais pormenorizadamente a origem da população estrangeira residente no concelho de Braga, destacando as 10 nacionalidades com maior número de estrangeiros residentes com estatuto legal. O Brasil destaca-se como a origem maioritária dos estrangeiros a residirem no concelho, seguindo-se a Ucrânia e a China².

Tabela 27 - População estrangeira com estatuto de residente segundo as principais nacionalidades no município de Braga, 2017

Nacionalidade	Nº total
Brasil	2459
Ucrânia	604
China	402
Angola	315
Cabo Verde	262
Itália	221
Roménia	214
Espanha	182
França	100
Guiné Bissau	97

Fonte: SEF

² A tabela com a totalidade das nacionalidades existentes no concelho de Braga encontra-se em anexo para consulta.

Analisando a distribuição etária da população estrangeira com estatuto legal residente em Braga, verificamos que a maioria se situa entre os 20 e os 49 anos.

Tabela 28 - Distribuição etária da população estrangeira no concelho de Braga, em 2011 (%)

	Residentes com nacionalidade Portuguesa	Residentes com nacionalidade Estrangeira
0-9 anos	9,95	0,20
10-19 anos	11,30	0,30
20-29 anos	12,49	0,50
30-39 anos	15,59	0,65
40-49 anos	15,19	0,43
50-59 anos	12,77	0,18
60-69 anos	8,67	0,05
70 e mais anos	9,28	0,05

Fonte: INE, Censos 2011

Serviços de Acolhimento e Integração

No âmbito do acolhimento e integração de migrantes, os serviços locais representam um fator fundamental, uma vez que é localmente que este acolhimento e integração acontecem efetivamente. Embora estejam e devam estar enquadradas por políticas enquadradoras e estruturantes, de forma a legitimar e a orientar as estratégias definidas a nível local, é em cada território que se acolhe e integra cidadãos migrantes.

É sobretudo na fase inicial do ciclo migratório, que os migrantes “apresentam défices sociais específicos (desconhecimento da língua, falta de informação sobre acessos a serviços, ausência de direitos políticos, inserção profissional descendente associada a dificuldade de reconhecimento de competências...) que acabam por originar situações de desvantagem social e de exclusão.” (Malheiros, 2010).

Neste sentido, “a constituição da Rede CLAII (Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes) revelou-se fundamental para garantir a existência de estrutura territorialmente desconcentrada que assegurasse respostas de proximidade aos problemas específicos apresentados pelos imigrantes.” (Malheiros, 2010).

“Os CLAIM têm como missão ir além da informação, apoiando em todo o processo do acolhimento e integração dos migrantes, articulando com as diversas estruturas locais, e promovendo a interculturalidade a nível local. Estes serviços do ACM prestam apoio e informação geral em diversas áreas, tais como, regularização, nacionalidade, reagrupamento familiar, habitação, retorno voluntário, trabalho, saúde, educação, entre outras questões do quotidiano.

Com o objetivo de promover uma integração de proximidade, os CLAIM (...) resultam de parcerias estabelecidas entre o Alto Comissariado as Migrações - ACM, I.P. e autarquias ou entidades da sociedade civil que, em cooperação, promovem um atendimento integrado.”

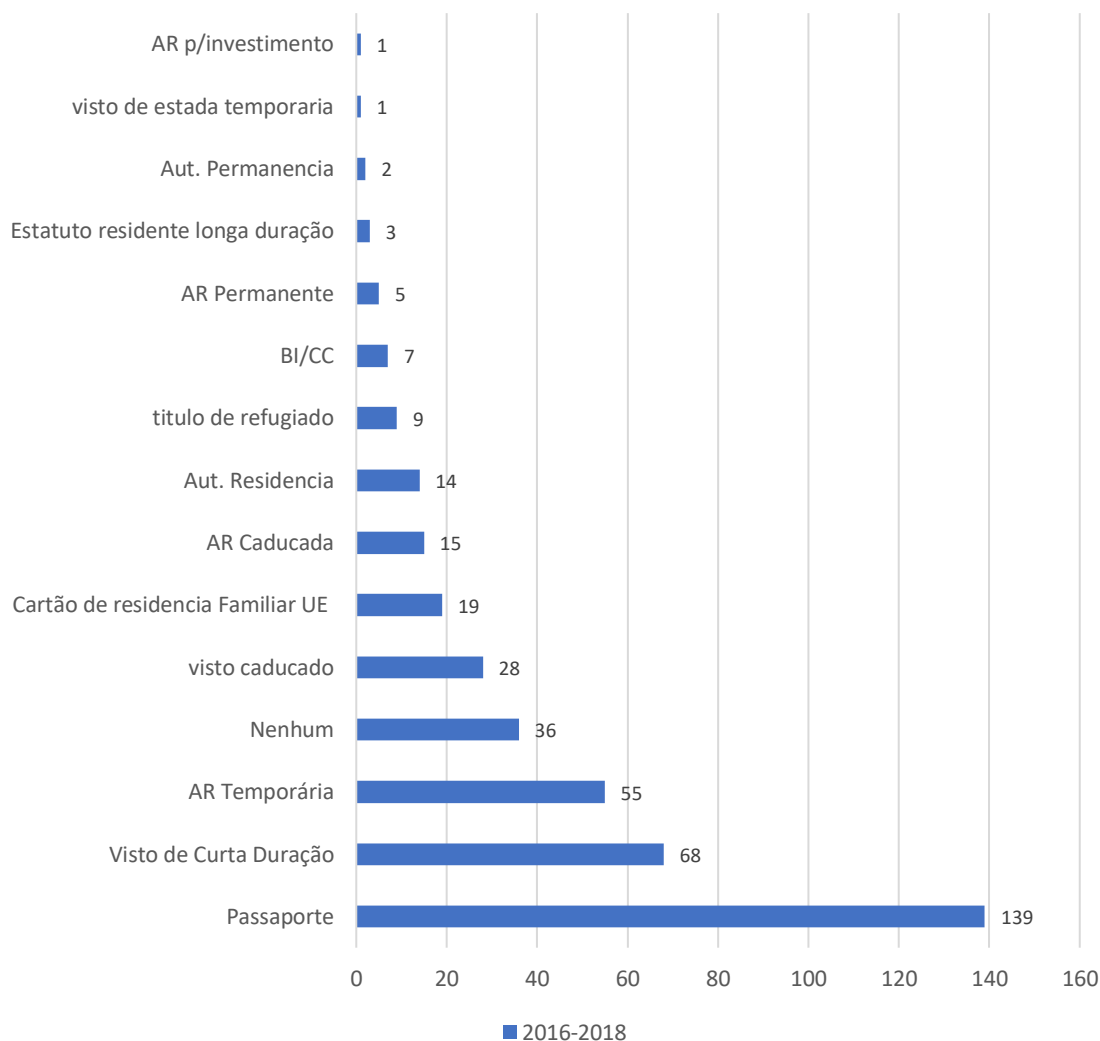
(<https://www.acm.gov.pt/pt/-/rede-claii-centros-locais-de-apoio-a-integracao-de-imigrant-3#> (2019))

Segundo o mesmo autor, estes gabinetes trazem várias potencialidades para o território: aproximam os serviços dos migrantes, exigem que exista uma articulação institucional e uma rede de parceria consolidada, ao mesmo tempo obrigam à intervenção de técnicos motivados e disponíveis para darem resposta às necessidades prementes dos cidadãos migrantes. Em 2016, os CLAII sofreram uma alteração de nomenclatura para CLAIM – Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes, devido à necessidade de adaptação à nova realidade migratória.

Quanto ao trabalho realizado, o CLAIM do concelho de Braga, dinamizado pela Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa, este realizou desde janeiro de 2016 a dezembro de 2018, 457 atendimentos, dos quais apenas 2 estão considerados como não tratados. Nestes atendimentos foram tratados treze (13) diferentes assuntos, revelando a multidimensionalidade que o processo de integração implica, nomeadamente, saúde, trabalho, educação, reagrupamento familiar, nacionalidade, retorno voluntário, legalização, contactos, cultura e desporto, segurança social, apoio social, habitação e, por fim, outros assuntos.

Os atendimentos efetuados têm por vezes interlocutores diferentes do imigrante interessado, sendo que em Braga foram os familiares (14%), a administração local (8,32%) e as associações (5,25%) os que mais apoiaram os imigrantes neste processo de chegada ao CLAIM de Braga. Este fenómeno tem várias causas destacando-se o fator da compreensão da língua nativa e o próprio desconhecimento dos serviços e direitos, ainda assim a maioria dos interlocutores dos contactos são os próprios imigrantes (65,21%).

Gráfico 7 - N.º de cidadãos atendidos no CLAIM, segundo a sua situação Legal, entre 2016 e 2018

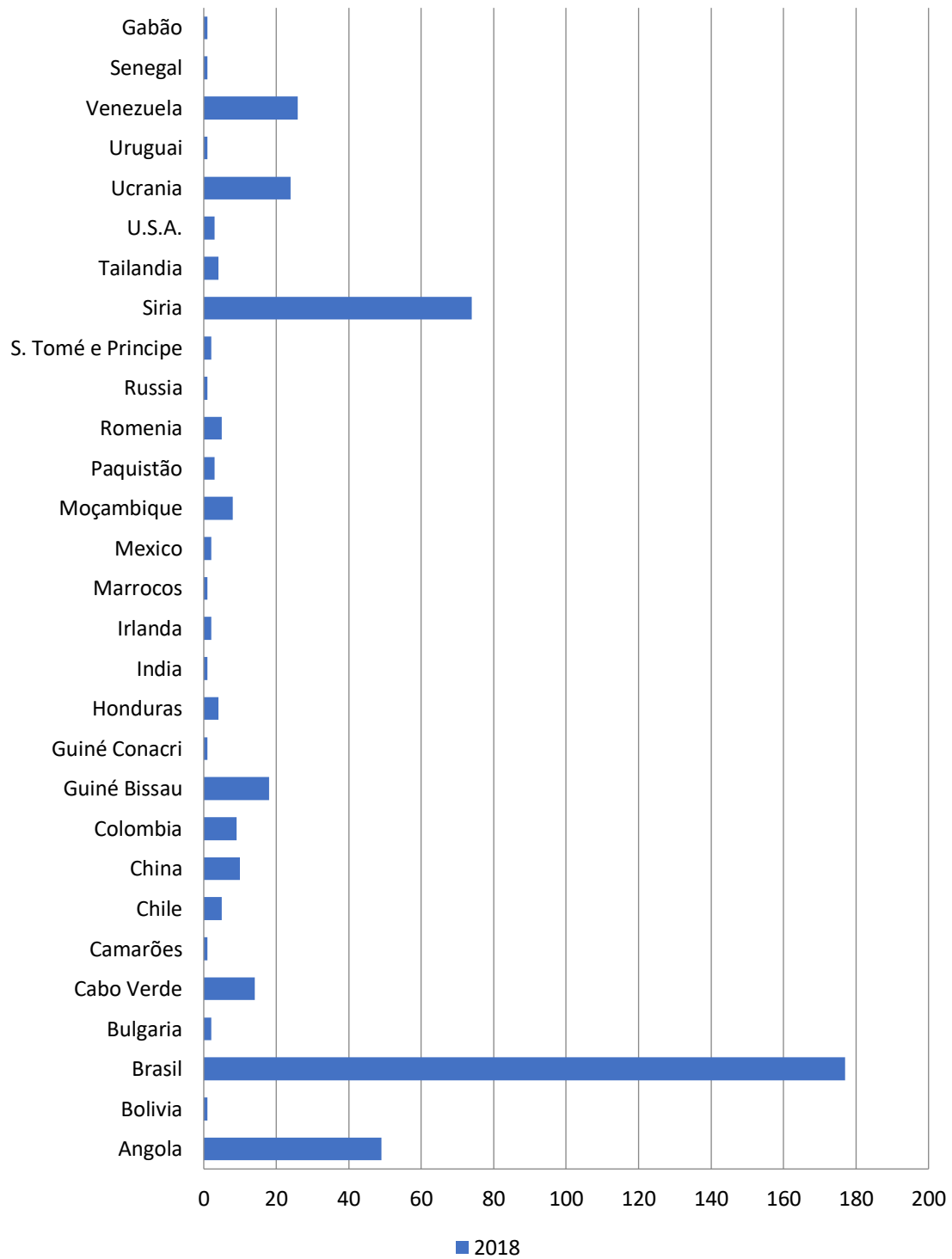


Fonte: CLAIM Braga

Dos dados disponíveis pode-se verificar que a população que procura o atendimento no CLAIM de Braga entre 2016 e 2018 detém maioritariamente Passaporte (30,42%), seguindo-se o Visto de Curta duração (14,88%) e a autorização de residência temporária (12,04%) com menor expressividade, mas ainda assim fonte de preocupação, encontra-se 7,88% da população que procurou o CLAIM e que não detém nenhuma tipificação da sua situação legal. Com menor representatividade, nos atendimentos efetuados, encontram-se pessoas com autorização de permanência (0,44%), com visto de estada temporário (0,22%) e com autorização de residência para investimento (0,22%).

Já no que se refere ao país de origem, a maioria dos cidadãos atendidos no CLAIM de Braga são do Brasil (38,73%), seguindo-se os da Síria (16,19%), os da Venezuela (5,69%) e da Ucrânia (5,25%).

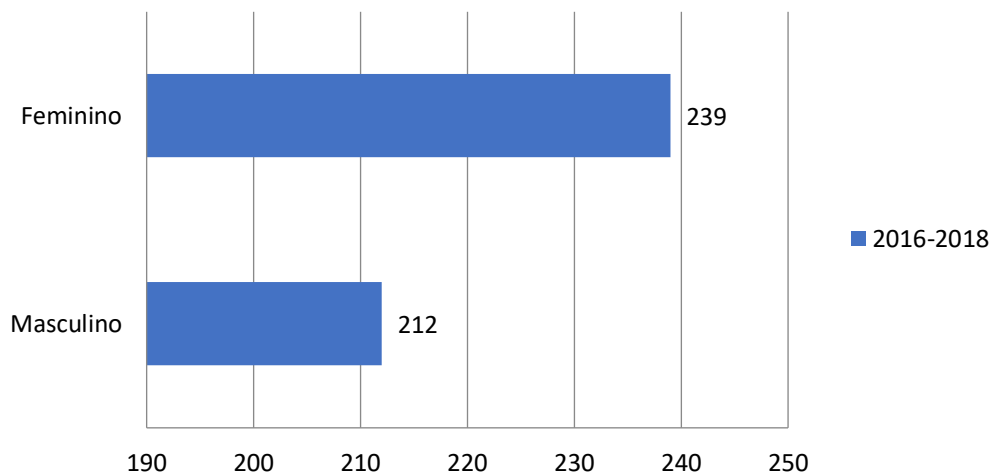
Gráfico 8 - N.º de cidadãos atendidos no CLAIM, segundo o seu país de origem, entre 2016 e 2018



Fonte: CLAIM Braga

Ao nível do género, verifica-se nestes 3 anos em análise um maior número de atendimentos efetuados a mulheres (52,3%).

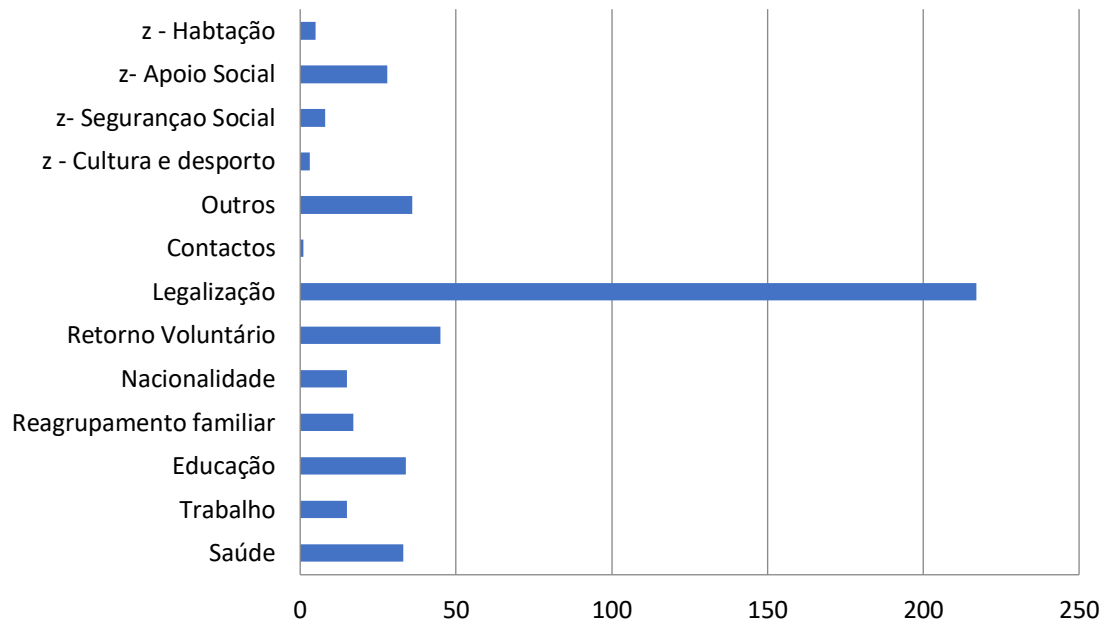
Gráfico 9 - N.º de cidadãos atendidos no CLAIM, segundo o género, entre 2016 e 2018



Fonte: CLAIM Braga

Verifica-se que a população que procura o CLAIM de Braga, pretende apoio sobretudo em questões relacionadas com a Legalização (47,48%), seguindo-se o retorno voluntário (9,85%), a educação (7,44%) e a saúde (7,22%).

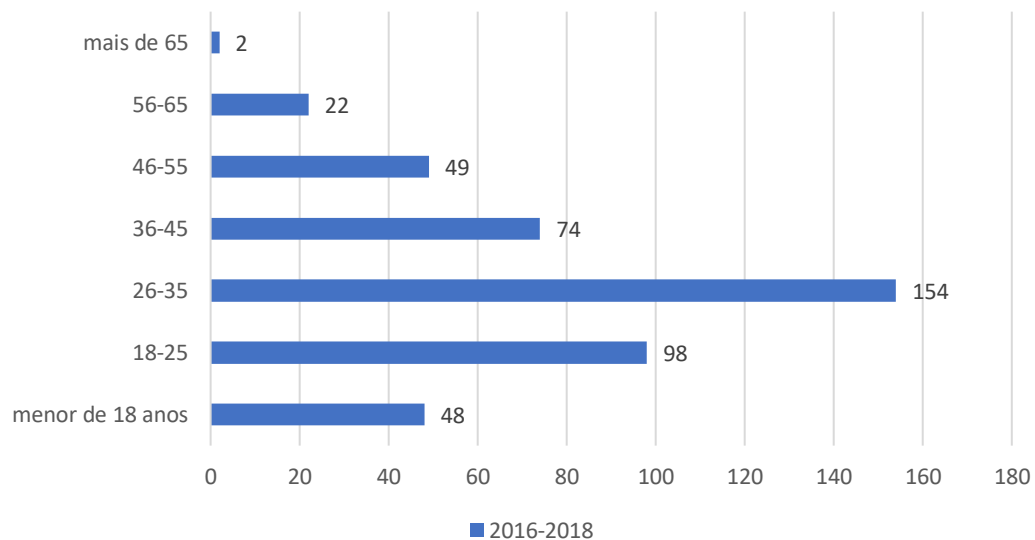
Gráfico 10 - N.º de cidadãos atendidos no CLAIM, segundo o motivo da sua deslocação, entre 2016 e 2018



Fonte: CLAIM Braga

No que se refere à faixa etária, a maioria dos atendimentos decorre com cidadãos entre a faixa etária dos 26 a 35 anos seguindo-se a faixa etária dos 18 aos 25 anos.

Gráfico 11 - Pessoas atendidas no CLAIM, segundo a faixa etária, em 2016, 2017 e 2018 (até novembro 2018)



Fonte: CLAIM Braga

Perceções dos Parceiros

Neste capítulo do presente Plano, é abordado um conjunto de perceções relativas à realidade da migração no concelho de Braga, as quais foram recolhidas junto de profissionais, técnicos e dirigentes que lidam no seu quotidiano com esta problemática.

De um ponto de vista transversal podemos considerar que estamos perante dois níveis distintos de prioridades reconhecidas pelos parceiros locais. Um primeiro nível mais elevado, onde se enquadram as áreas:

- Emprego/trabalho e empreendedorismo;
- Educação, Formação (capacitação) e Língua Portuguesa;
- Acesso à saúde e proteção social;
- Cidadania e participação cívica;
- Acolhimento e integração;
- Habitação;
- Media e sensibilização da opinião pública.

Num segundo nível de prioridade ou importância reconhecida pelos parceiros, temos as seguintes áreas:

- Religião;
- Media e sensibilização da opinião pública;
- Racismo e discriminação.

Relativamente ao primeiro grupo de temáticas, mais de 70% dos parceiros consultados consideraram serem áreas de grande relevância e de intervenção prioritária no âmbito a integração da população migrante no concelho de Braga.

Apesar de um número muito significativo de entidades terem referido o facto de não terem tido um papel muito relevante no desenho e execução do PMII anterior, como se pode verificar nos três gráficos seguintes, revelaram-se participativas e garantiram uma maior transversalidade às possíveis leituras a integrar no presente diagnóstico, reconhecendo a importância estruturante do PMIM para quem trabalha na área das migrações no concelho de Braga. Este é um dado relevante, na medida em que pode indiciar uma disponibilidade crescente para a participação, envolvimento e compromisso num trabalho conjunto a realizar no âmbito da integração da população migrante.

Gráfico 12 - Entidades inquiridas que participaram ativamente no desenho do anterior Plano Municipal para a Integração de Imigrantes

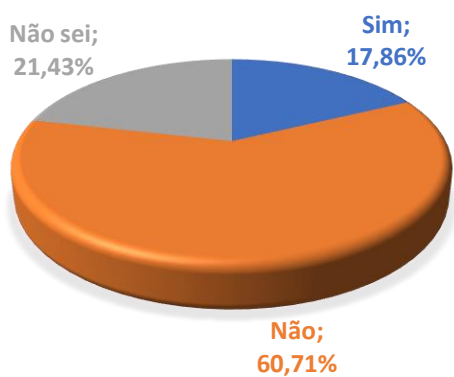


Gráfico 13 - Entidades inquiridas que participaram ativamente na execução do anterior Plano Municipal para a Integração de Imigrantes

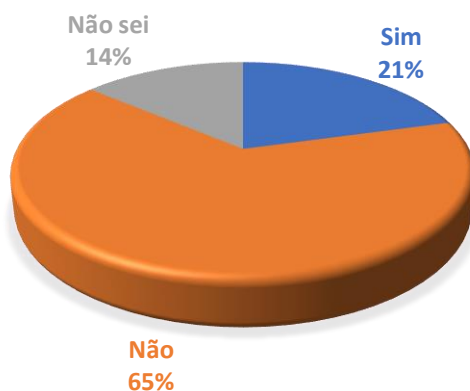
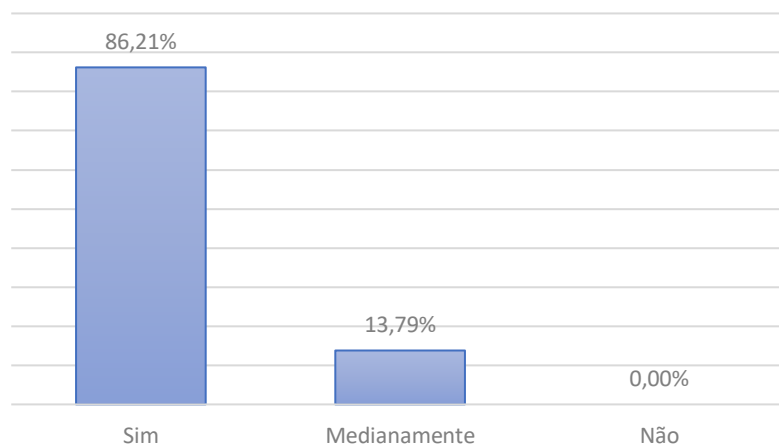


Gráfico 14 - Entidades inquiridas que considera o PMIM um instrumento importante para quem trabalha na área das migrações no concelho de Braga



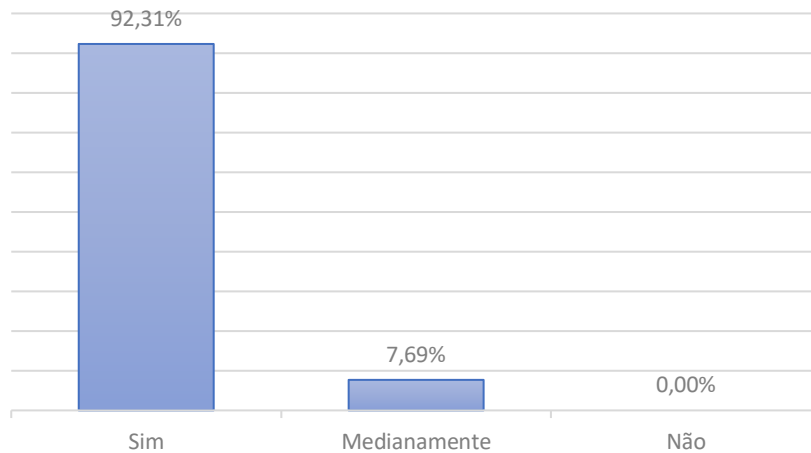
Vejamos agora os dados recolhidos em cada uma das áreas referidas.

Gráfico 15 - Entidades que consideram a área do 'Emprego/ Trabalho e Empreendedorismo' uma área prioritária no trabalho com migrantes



Apesar do elevado número de parceiros que consideraram a área do 'emprego/ trabalho e empreendedorismo' significativa, não é uma perceção totalmente consensual, na medida em que mais de 13% dos inquiridos consideram ter apenas uma importância mediana ou sem importância. Na consulta complementar aos parceiros realizada, foi identificada como causa para estes valores, o facto da população migrante, tal como em muitos territórios do país, não se encontrar sem ocupação profissional durante longos períodos. Ainda que localmente, o contexto da inserção profissional dos migrantes não seja satisfatório em todas as variáveis implicadas, nomeadamente o vínculo e adequação das funções às competências de uma parte significativa dos migrantes.

Gráfico 16 - Considera a área da Educação, Formação e Língua Portuguesa uma área prioritária no trabalho com imigrantes, em Braga?



Tal como no caso anterior, a área da ‘educação, formação e língua portuguesa’ é considerada estruturante na integração da população migrante no concelho. Neste caso, mais de 90% dos inquiridos classificam esta temática com o valor máximo.

Apesar da relevância atribuída a esta área, existe o reconhecimento de que uma parte muito significativa da população migrante desenvolveu já um conjunto importante de competências em língua portuguesa, como se pode verificar no gráfico seguinte. Contudo, estamos perante um nível do conhecimento da língua, que pode ser facilitador da intervenção junto da população migrante, e também da criação de redes informais de sociabilidade, mas não é suficiente para garantir uma integração total, nomeadamente ao nível do acesso pleno a serviços e procedimentos formais, como por exemplo, os associados ao preenchimento e compreensão de documentação legal.

Gráfico 17 - Nível de conhecimento/domínio médio da língua portuguesa da população imigrante, segundo as entidades inquiridas

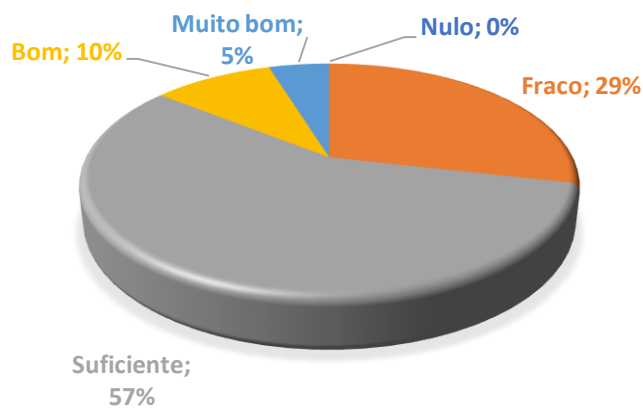
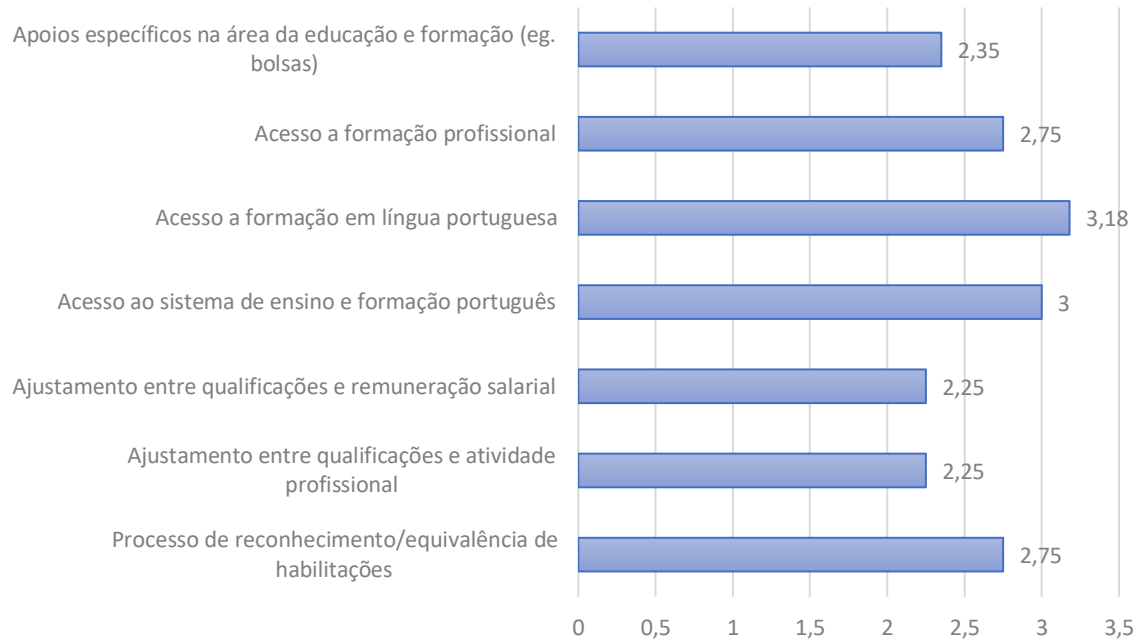


Gráfico 18 - Classificação média da situação dos migrantes, a nível local, no que diz respeito a cada um dos itens (escala utilizada: 1 mau; 2 insuficiente; 3 médio; 4 bom; 5 muito bom)

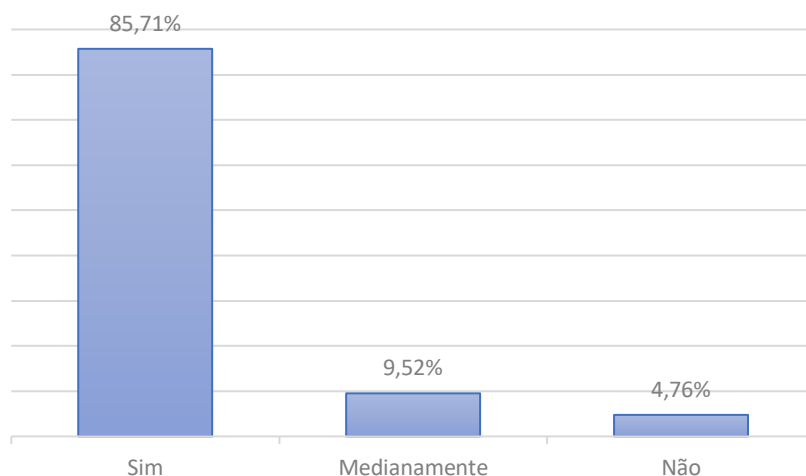


No que respeita à situação dos migrantes no acesso que têm a um conjunto de itens associados à formação, ensino e qualificações, podemos dividir este conjunto em dois subgrupos distintos.

Por um lado, temos o acesso ao sistema de ensino e formação e a formação em língua portuguesa, nos quais é identificado um nível e acesso acima de médio. Por outro lado, o acesso a formação profissional, a apoios para a educação, a um ajustamento entre as qualificações e a remuneração, e também entre aquelas e a atividade profissional desenvolvida, e por último, no reconhecimento das suas habilitações, verifica-se o reconhecimento generalizado de um acesso pouco facilitado, encontrando-se estes quatro itens abaixo do nível médio.

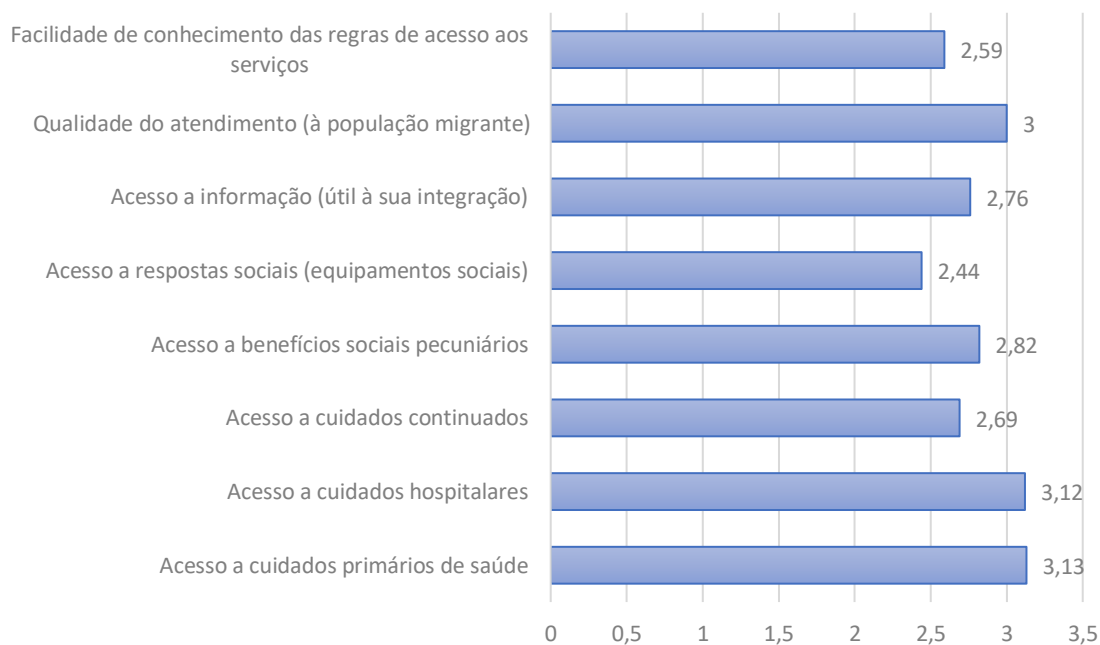
Para além desta ter sido considerada uma área prioritária, estamos perante um conjunto alargado de itens em que, mesmo sendo diferenciada a facilidade de acesso a cada um deles, nenhum atinge um nível médio 'bom', quando se classifica a facilidade de acesso aos mesmos.

Gráfico 19 - Entidades que consideram a área do ‘Acesso à Saúde e Proteção Social’ uma área prioritária no trabalho com migrantes



O ‘acesso à saúde e proteção social’ é também considerada uma área estruturante, existindo, no entanto mais de 10% dos inquiridos que consideram ser de importância mediana ou nula.

Gráfico 20 - Classificação média da situação dos migrantes, a nível local, no que diz respeito a cada um dos itens (escala utilizada: 1 mau; 2 insuficiente; 3 médio; 4 bom; 5 muito bom)



Também na área do ‘acesso à saúde e proteção social’ os parceiros classificaram um conjunto de conteúdos que condicionam o nível de integração da população migrante em Braga. Neste caso, a qualidade do atendimento (à população migrante), o acesso a cuidados primários de saúde e o acesso a cuidados hospitalares, obtiveram uma classificação média acima ou igual ao nível médio.

Por outro lado, o acesso a benefícios sociais pecuniários e a cuidados médicos continuados, o acesso a informação (útil à sua integração), o acesso a respostas sociais (equipamentos sociais) e a facilidade de conhecimento das regras de acesso aos serviços, são os itens que apresentam uma classificação menos positiva. Dificuldades estas de integração que se encontram associadas, amiúde, a situações de fragilidade devidas a processos de legalização da permanência em Portugal e respetiva documentação, e não ao reconhecimento de grande peso de qualquer tipo de discriminação ao nível dos serviços de proteção social e saúde, como se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 21 - Entidades com conhecimento de situações de discriminação nos sistemas de saúde e proteção social portugueses, para com migrantes, em Braga

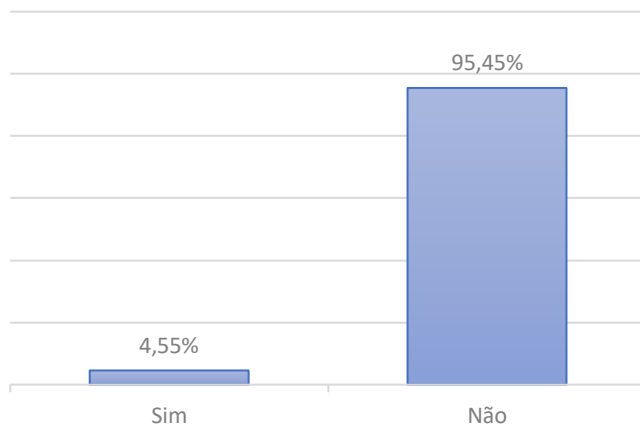
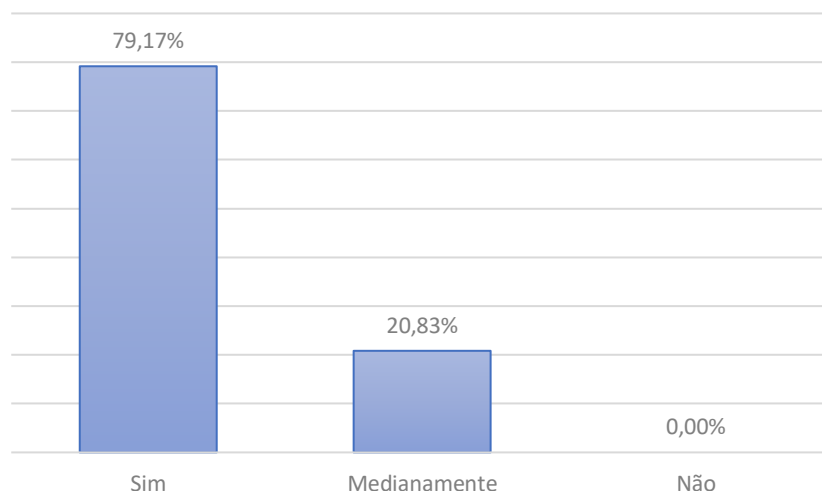


Gráfico 22 - Entidades que consideram a área da 'Cidadania e Participação Cívica' uma área prioritária no trabalho com migrantes



No caso da 'cidadania e participação cívica da população migrante', nenhum dos elementos elencados obtêm uma classificação média positiva ou acima de médio (ver gráfico seguinte).

No que respeita à facilidade de criação de uma associação, à forma como, ao nível local, os partidos políticos tratam as questões da imigração, à facilidade de adesão a um partido político, ao acesso a informação sobre o sistema eleitoral português, a forma como as associações e entidades locais contribuem para a integração dos imigrantes, a facilidade de adesão a uma associação, e, por último, ao conhecimento da forma como os partidos políticos tratam as questões da imigração em Portugal, as classificações obtidas evidenciam, de forma generalizada, valores significativamente baixos, não ultrapassando, em alguns dos casos, de forma expressiva o nível 'insuficiente'. Estamos assim perante um conjunto de realidades onde se identifica claramente um percurso importante a realizar na criação de condições favoráveis para a integração dos cidadãos migrantes.

Gráfico 23 - Classificação média da situação dos migrantes, a nível local, no que diz respeito a cada um dos itens (escala utilizada: 1 mau; 2 insuficiente; 3 médio; 4 bom; 5 muito bom)

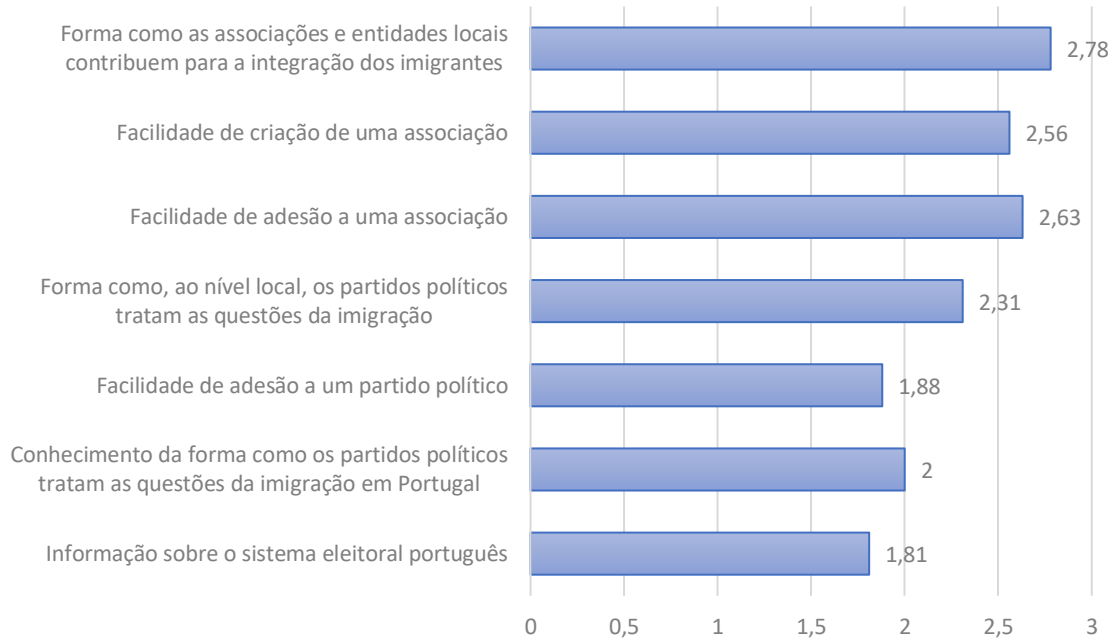
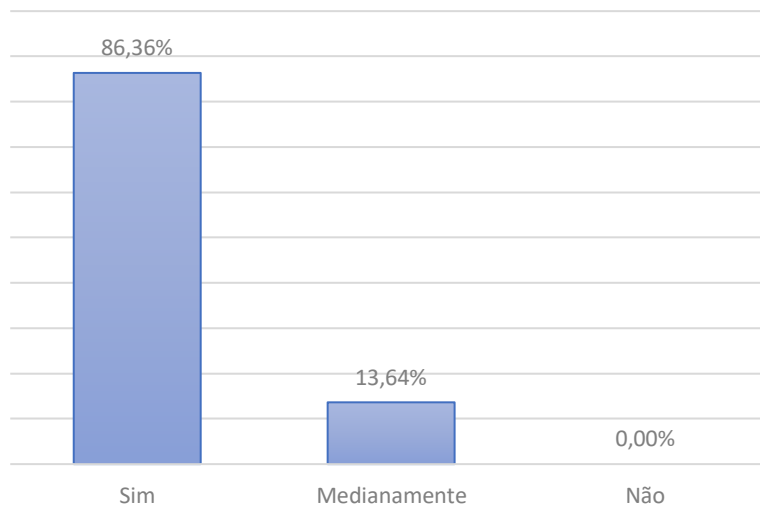


Gráfico 24 - Entidades que consideram a área da ‘Habitação’ uma área prioritária no trabalho com migrantes



Nas questões associadas ao acesso a habitação, para além do reconhecimento da importância desta área, as classificações obtidas nos itens elencados obtêm também classificações médias muito baixas. Efetivamente, nenhum dos itens atinge uma classificação de médio, no entanto, importa aqui salientar que o acesso a habitação social/habitação a custos controlados, e a facilidade de arrendamento de habitação ou a aquisição de habitação própria, são apontados como constrangimentos que se evidenciam nas dificuldades de integração da população migrante.

Gráfico 25 - Classificação média da situação dos migrantes, a nível local, no que diz respeito a cada um dos itens (escala utilizada: 1 mau; 2 insuficiente; 3 médio; 4 bom; 5 muito bom)

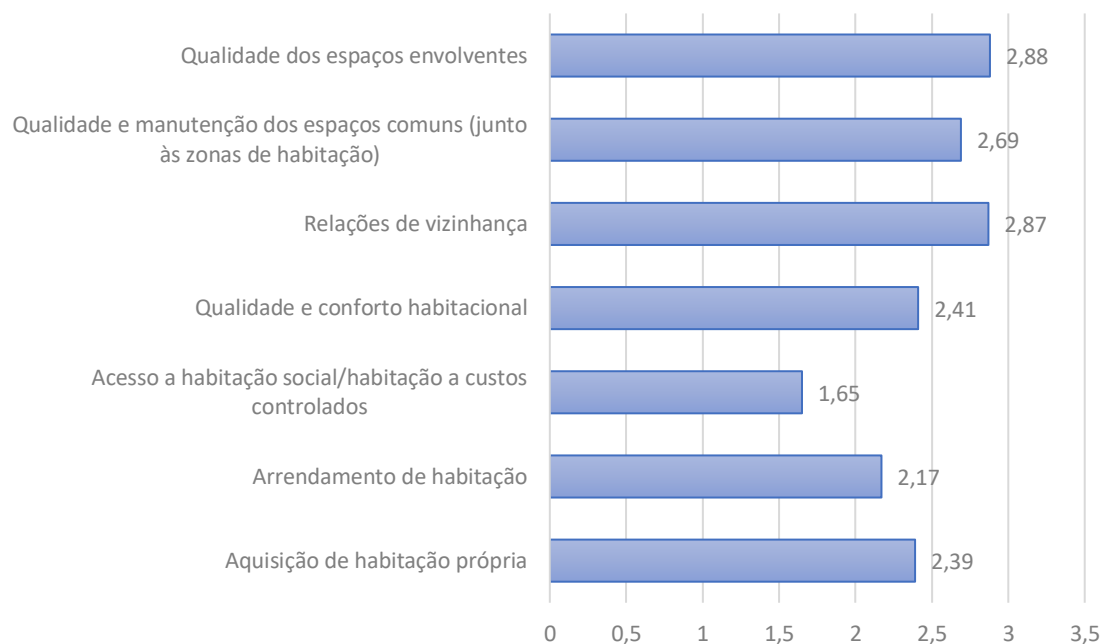
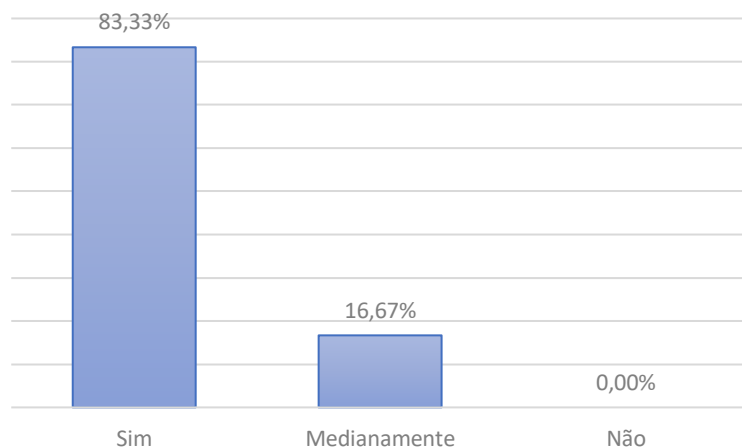


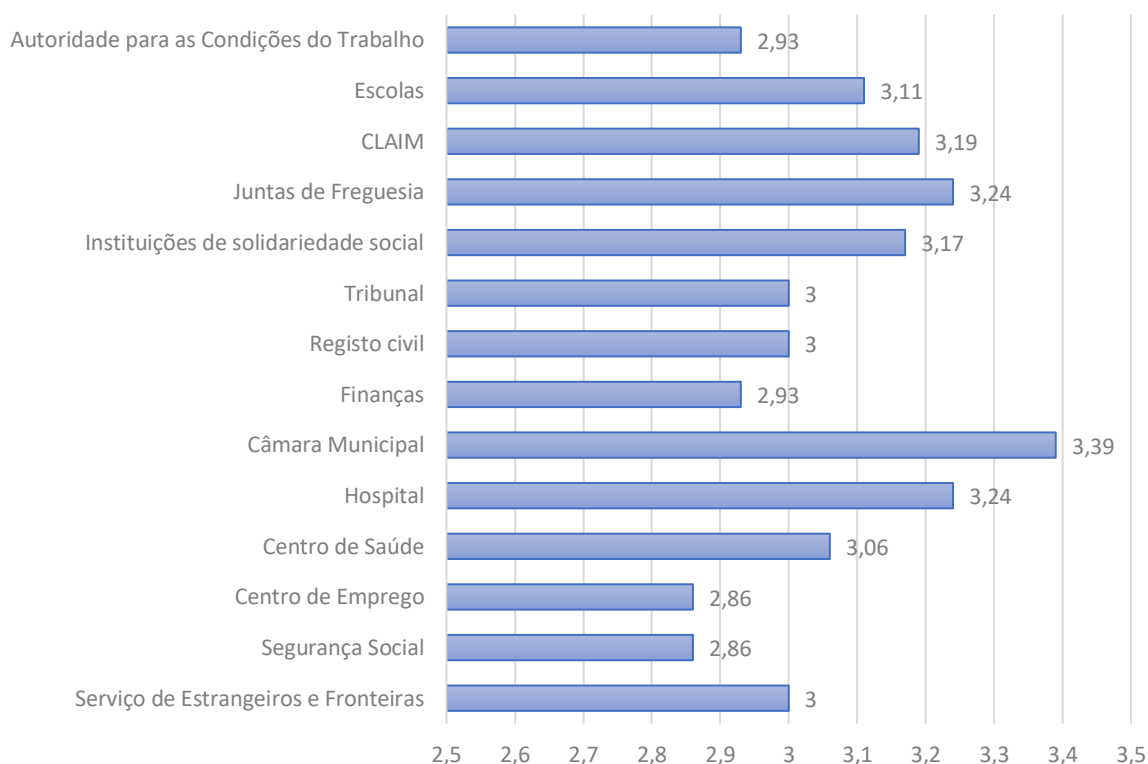
Gráfico 26 - Entidades que consideram a área do 'Acolhimento e Integração' uma área prioritária no trabalho com migrantes



Na área do 'acolhimento e integração', os parceiros inquiridos classificaram os serviços prestados e trabalho realizado no acolhimento e integração dos migrantes por um conjunto de entidades. Neste caso, foram obtidas classificações significativamente mais elevadas que nas áreas anteriores, tendo a maioria das entidades obtido uma classificação igual ou superior a médio.

Também no caso das quatro entidades que ficam classificadas abaixo de médio, nomeadamente, a ACT, as finanças, o centro de emprego e a segurança social, são atribuídas classificações muito perto desse valor. Desta forma, estamos perante um mapa institucional cujos procedimentos e serviços são reconhecidos como elementos que contribuem para uma integração positiva da população migrante, existindo condições facilitadas e expectativas para uma intervenção articulada, cooperante e em parceria na integração e acolhimento destes cidadãos.

Gráfico 27 - Classificação média do trabalho e serviços prestados por cada uma das seguintes entidades, ao nível local, no acolhimento e integração dos migrantes (escala utilizada: 1 mau; 2 insuficiente; 3 médio; 4 bom; 5 muito bom)



A 'religião', como referido anteriormente, não foi considerada uma área na primeira linha de prioridades para a integração da população migrante em Braga. Apesar deste contexto, como se pode verificar nos dois gráficos seguintes, 50% das entidades inquiridas consideram não existirem espaços adequados à prática religiosa da população migrante.

Gráfico 28 - Entidades que consideram a área da 'Religião' uma área prioritária no trabalho com migrantes

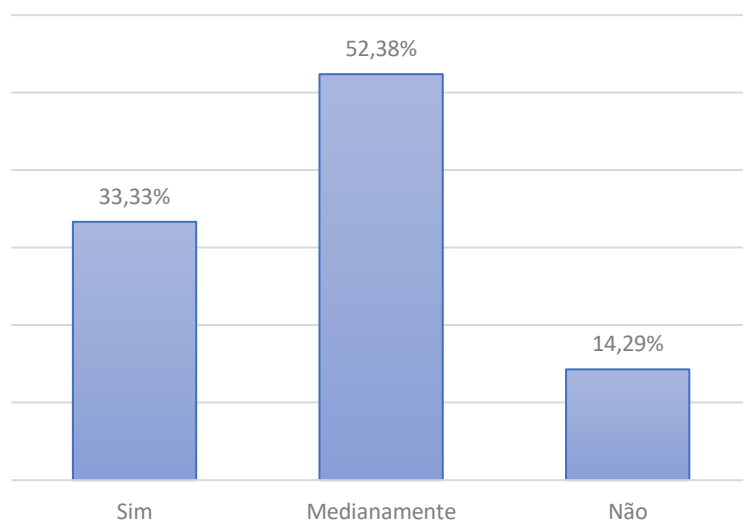
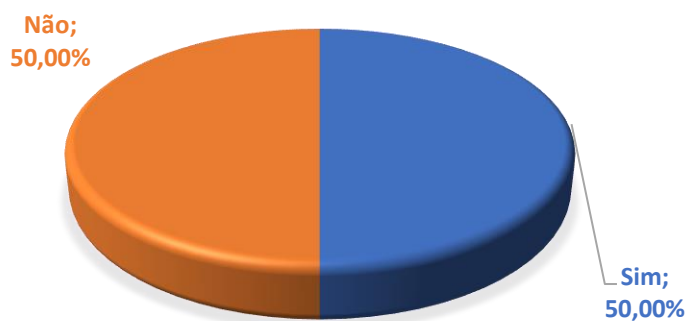


Gráfico 29 - Entidades que consideram existirem lugares de culto próximos e adequados à prática religiosa dos migrantes



Por último, encontramos as restantes áreas que mereceram um menor destaque por parte dos parceiros, no trabalho realizado através de inquérito e workshop. No caso dos 'media e sensibilização da opinião pública', apenas 45% das entidades lhe atribuíram o nível de prioridade máximo.

Quanto ao 'racismo e discriminação', 49,57% dos parceiros considera uma área relevante a integrar no PMIM. Apesar de ser um valor significativo (mas mais baixo que as áreas com uma prioridade de primeiro nível), os parceiros referem que as problemáticas associadas à discriminação resultam dos constrangimentos já integrados nas áreas temáticas anteriormente abordadas.

Gráfico 30 - Entidades que consideram a área dos 'Media e Sensibilização da Opinião Pública' uma área prioritária no trabalho com migrantes

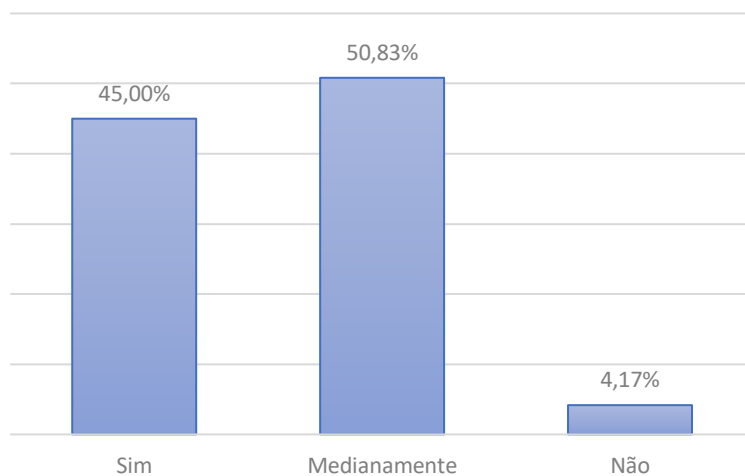
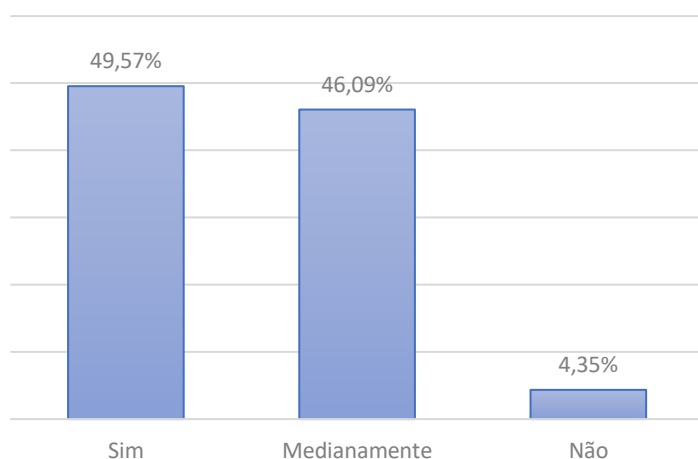


Gráfico 31 - Entidades que consideram a área do 'Racismo e Discriminação' uma área prioritária no trabalho com migrantes



Da leitura integrada das diversas fontes de diagnóstico, incluindo a participação dos parceiros e representantes da população migrante no workshop e inquérito realizados, chegamos a um conjunto de problemas prioritários que sistematizamos de seguida, e para os quais foram desenhadas as dimensões estratégica e operacional do presente plano, na perspetiva de os resolver ou minimizar:

- Dificuldades no acesso a habitação (social, arrendada ou adquirida)
- Constrangimentos transversais no exercício de uma participação cívica e política na comunidade
- Insuficiente conhecimento de direitos e deveres (em diversas áreas)

- Intervenção articulada dos diversos serviços e entidades, junto da população migrante, não está potenciada
- Habilitações escolares e equivalências académicas não reconhecidas
- Conhecimento da língua portuguesa (desconhecimento ou iliteracia)
- Dificuldades de inserção no percurso escolar (pelas dificuldades com a língua portuguesa)
- Dificuldades no acesso continuado a tratamentos na área da saúde
- Acesso a inserção profissional/ trabalho deficitário ou em situação de precaridade
- Carências no apoio jurídico à população migrante
- Pouca adequação das qualificações profissionais às funções desempenhadas

Plano Municipal para a Integração de Migrantes

Dimensão estratégica

A Dimensão Estratégica deste Plano tem como objetivos planejar a mudança relativa à situação diagnosticada anteriormente, descrevendo a situação desejada, em torno da qual se desenham compromissos políticos exequíveis e devidamente validados por todos os que estão envolvidos neste processo, sendo ainda o ponto de partida que enquadra as opções operacionais decorrentes dessas mesmas estratégias.

Não existindo uma visão estratégica, a dimensão operacional poderá ficar atomizada em medidas que não impliquem qualquer visão para o concelho.

De referir ainda que as áreas definidas não são estanques, como será fácil verificar, existem múltiplos cruzamentos entre as áreas propostas, existindo estratégias que, estando definidas no âmbito de uma área específica, terão também influência positiva na prossecução dos objetivos de outras áreas.

Desenhar a estratégia implicou a definição de objetivos estratégicos, metas e estratégias, de maneira a orientar a ação e a afetação de recursos. Os objetivos estratégicos devem espelhar claramente os resultados a alcançar e devem ser medidos pelos indicadores definidos.

ÁREAS	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	Melhorar as condições de trabalho, níveis de empregabilidade e reduzir a precariedade laboral na população migrante	Grau de satisfação dos migrantes em idade ativa com as suas condições laborais	Melhorar as condições para a inserção profissional da população migrante por via de um aumento do conhecimento sobre direitos e deveres, facilitação da conciliação entre vida familiar e profissional e procedimentos que minimizem a ocorrência de situações de exploração

ÁREAS	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
		Número de reclamações/ denúncias na ACT	
		Disparidade entre o ganho médio mensal dos migrantes empregados e o ganho médio mensal para o concelho de Braga	
	Reforçar o incentivo ao empreendedorismo e a melhoria das competências dos migrantes	% de diplomados de cursos de empreendedorismo que criam o próprio negócio	Promoção do autoemprego e empreendedorismo na população migrante através da capacitação e partilha de conhecimento relativo a medidas existentes
		% de migrantes trabalhadores por conta própria no total da população migrante empregada	
SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO	Melhorar os procedimentos e a qualidade da informação prestada aos migrantes no seu processo de acolhimento e integração	<p>Grau de satisfação dos migrantes com a informação disponível nos serviços de acolhimento</p> <p>Evolução da documentação e publicações traduzidas e disponíveis nos serviços de acolhimento</p> <p>Nº de técnicos capacitados</p>	Melhoria da qualidade do acolhimento através da capacitação dos técnicos envolvidos, da produção de um manual de acolhimento ao migrante e da definição e clarificação do modelo de intervenção a operacionalizar no acolhimento a migrantes

ÁREAS	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
URBANISMO E HABITAÇÃO	Garantir a igualdade do acesso à habitação e mercado de arrendamento, respeitando as condições de habitabilidade	<p>Grau de satisfação dos migrantes com as condições de habitabilidade e de acesso à habitação</p> <p>% de agregados familiares de migrantes com acesso a habitação social no total dos requerentes deste tipo de habitação</p>	Reforço da informação disponível nos pontos de informação relacionada com questões de habitação dirigida especificamente a migrantes
EDUCAÇÃO E LÍNGUA	Melhorar os níveis de conhecimento da língua portuguesa e literacia por parte dos migrantes	% de diplomados em cursos de língua portuguesa face ao total de formandos	<p>Reforço e qualificação da oferta de cursos de língua portuguesa para migrantes</p> <p>Planear as ações de formação em português integrando a sua dimensão logística e potenciais constrangimentos (evitando, por exemplo, os períodos de intensidade elevada de trabalho de cada comunidade de migrantes (ex: feiras, colheitas agrícolas), locais de difícil acesso pela ausência de transportes...)</p>
	Facilitar os processos de registo de grau, reconhecimento e equivalência qualificações	Grau de satisfação dos migrantes com a eficácia dos processos de registo de grau e reconhecimento de qualificações	Aposta na cooperação institucional e apoio personalizado ao nível local para tornar mais céleres e eficazes os processos

ÁREAS	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
		<p>Duração dos processos de registo de grau e reconhecimento de qualificações</p> <p>Número de processos de reconhecimento de equivalências articulados com a DRE</p>	
CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO	Capacitar as associações locais de migrantes e/ou que trabalham com a população migrante	Competências adquiridas pelas associações locais em matérias consideradas relevantes (balanços de competências inicial e final)	Reforço da capacidade de atuação das organizações de migrantes ou que trabalham diretamente com a população migrante
	Dotar os NPT de competências transversais que facilitem a sua integração	Competências transversais adquiridas pela população migrante	Reforço das competências pessoais e sociais da população migrante
CULTURA	Reforçar a expressão da diversidade cultural em todos os domínios e atividades, com incidência na cultura e educação	<p>Evolução anual do número de eventos multiculturais ou interculturais realizados e/ou de eventos que incluem esta temática</p> <p>Evolução anual do número de projetos implementados na área da interculturalidade</p>	Promoção da interculturalidade dando espaço e visibilidade a manifestações culturais, projetos locais e integração da interculturalidade ao nível da educação (transição de uma lógica multicultural para uma abordagem intercultural)

ÁREAS	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
SAÚDE	Garantir e melhorar o acesso dos migrantes ao Serviço Nacional de Saúde	<p>Migrantes que conhecem os seus direitos e deveres relativamente ao acesso ao Serviço Nacional de Saúde</p> <p>Grau de satisfação dos migrantes com o acesso e qualidade do Sistema Nacional de Saúde</p> <p>% de migrantes sem médico de família atribuído no total da população sem médico de família</p>	<p>Aposta na divulgação dos direitos dos migrantes no acesso aos serviços públicos de saúde junto da população migrante e articulação regular com o 'setor saúde' para partilha de informação sobre a população migrante e melhoria de procedimentos</p> <p>Capacitação dos NPT nas áreas da saúde e bem-estar</p>
SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL	Melhorar os mecanismos de resposta integrada dos agentes locais a situações de necessidades específicas da população migrante	<p>Número de encontros interinstitucionais do Grupo de Trabalho da Imigração e respetivos resultados</p> <p>Número de migrantes que passaram a usufruir de apoio social das instituições locais</p>	<p>Reforço do diálogo e capacidade de trabalho interinstitucional, capacitando técnicos e organizações para darem resposta às necessidades da população migrante</p> <p>Garantir o apoio social nas situações de migrantes em situação de vulnerabilidade social (com especial enfoque no primeiro ano passado no país de acolhimento)</p>
CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA	Reforçar os níveis de participação cívica dos migrantes	Taxa de abstenção nas eleições (legalmente possíveis)	Promoção do recenseamento da população migrante elegível para participação política através de

ÁREAS	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
		<p>Número de migrantes que passaram a integrar órgãos de direção nas entidades locais</p> <p>Número de migrantes que passaram a integrar as estruturas de voluntariado concelhias</p> <p>Ações desenvolvidas com a participação de mediadores comunitários</p>	<p>campanhas de divulgação e sensibilização</p> <p>Promoção do voluntariado e do associativismo migrante e capacitação de mediadores comunitários</p>
RACISMO E DISCRIMINAÇÃO	Aumentar as representações sociais positivas sobre a população migrante	Evolução das perceções positivas da população local sobre a população migrante	Formação de mediadores da própria comunidade
	Aumentar os níveis de interação cultural nas escolas atuando preventivamente e criando uma população com um maior nível de abertura à diferença	Número de projetos promovidos nos agrupamentos escolares que valorizem a interculturalidade e a desconstrução de estereótipos	Envolvimento dos agrupamentos escolares, potenciando boas práticas, para uma intervenção pela tolerância e diálogo intercultural
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Fomentar o aumento de informação disponível nos países de origem e acolhimento para potenciais migrantes	Número de consulados que recebem e divulgam os folhetos informativos	<p>Aposta na divulgação de informação relevante no país de origem e acolhimento</p> <p>Apoio das associações de migrantes na articulação com os países de origem</p>

ÁREAS	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
RELIGIÃO	Promover a divulgação dos locais de culto das diversas religiões	Número de entidades que promoveram informação sobre os locais de culto	Aposta na divulgação às associações de migrantes

Dimensão Operacional

A dimensão operacional agora apresentada espelha a parte mais facilmente visível na implementação deste Plano. Devidamente enquadrada na dimensão estratégica definida, materializa-se num conjunto de medidas, relativamente às quais estão identificadas as tarefas, procedimentos ou etapas associadas, e as respetivas metas e indicadores.

A dimensão operacional concretiza a ligação entre o Plano e a realidade que se quer alcançar, identificando medidas e ações concretas.

De seguida, apresentamos a Dimensão Operacional do PMIM de Braga, por cada uma das áreas de intervenção consideradas do ponto de vista operacional.

As medidas encontram-se devidamente identificadas como medidas de nível 1, caso se enquadrem nas atribuições e competências próprias e regulares de cada entidade ou conjunto de entidades, ou de nível 2, quando se tratam de medidas que exigem financiamento adicional, nomeadamente financiamento comunitário.

ÁREAS	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	OBJECTIVOS OPERACIONAIS/ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	Melhorar as condições de trabalho, nível de empregabilidade e	Aumentar níveis de conhecimento das entidades empregadoras e	1.1 Sessões de esclarecimento para entidades empregadoras e população migrante	1	4 sessões de esclarecimento	Número de sessões Número de entidades e	Município de Braga

ÁREAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS	OBJETIVOS OPERACIONAIS/ ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
	reduzir a precariedade laboral na população migrante	migrantes sobre legislação laboral	<p>1.2 Definir, com as associações de migrantes, procedimentos para a disponibilização de potenciais fontes de rendimento (de forma a evitar abusos ilícitos) (ex: concursos para a atribuição de locais de venda)</p> <p>1.3 Assegurar acesso a respostas sociais aos migrantes de forma a garantir a conciliação entre vida profissional e familiar nos períodos de grande intensidade de trabalho dos cidadãos migrantes)</p>	1	4 procedimentos articulados ou melhorados	<p>migrantes participantes</p> <p>Número de procedimentos articulados ou melhorados</p>	<p>Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT)</p> <p>CLAIM</p> <p>SEF</p> <p>Associações de migrantes</p> <p>Grupo Temático da Imigração</p> <p>IPSS e Associações</p>
	Reforçar o incentivo ao empreendedorismo migrante	Promoção do autoemprego e empreendedorismo	1.4 Sessões de formação-ação sobre empreendedorismo migrante e de melhoria de competências (incluindo informação	2	4 Ações de formação	<p>Número de ações</p> <p>Número de participantes</p> <p>Número de entidades que</p>	Município de Braga

ÁREAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS	OBJETIVOS OPERACIONAIS/ ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
			sobre programas e medidas existentes)			receberam informação sobre as ações de (in) formação	Grupo Temático da Imigração
			1.5 Iniciativas de negócio criadas no âmbito dos programas de formação-ação	2	3 Iniciativas de negócio	Número de migrantes com iniciativas de negócio criadas no âmbito dos programas de empreendedorismo	Município de Braga CLAIM
			1.6 Bootcamp 'Empreendedorismo Imigrante'	2	Realização de um bootcamp	Número de participantes no bootcamp Competências adquiridas	
			1.7 Postos de trabalho criados dos programas de formação-ação	2	3 Postos de trabalho	Número de migrantes inseridos nos postos de trabalho	Município de Braga CLAIM
SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO	Melhorar os procedimentos e a qualidade da informação prestada aos migrantes no seu processo de	Dotar os postos de atendimentos e outros locais chave de materiais informativos de qualidade para os migrantes	2.1 Elaboração de manual de acolhimento transversal às diversas áreas/ serviços com toda a informação que é estruturante nos primeiros momentos da	2	1 manual de acolhimento Manual de acolhimento em formato papel e	Manual produzido e publicado/ em funcionamento Número de áreas abrangidas no manual	Município de Braga CLAIM

ÁREAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS	OBJETIVOS OPERACIONAIS/ ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
	acolhimento e integração		chegada e acolhimento aos cidadãos migrantes (conteúdos articulados e integrados no aplicativo 'Braga INCOMING')		digital (preferencial)	Número de exemplares distribuídos	Serviços públicos do território
			2.2 Manter o funcionamento e atualização (em 5 línguas) do aplicativo 'Braga INCOMING' (atualização de kits informativos)	2	1 aplicativo cujo funcionamento se mantém (com as respetivas atualizações)	Aplicativo disponível (em funcionamento e atualizado)	
			2.3 Definição de um modelo de intervenção que sistematize e clarifique os procedimentos existentes e seja facilitador da introdução de melhorias nos mesmos (incluindo a possibilidade de 'gestor de caso')	1	1 Modelo definido	Modelo consensualizado entre as partes interessadas	
				1			
		Capacitar os técnicos que promovem o acolhimento e	2.4 Ações de (in) formação	1	6 Ações de formação	Número de ações de formação	Município de Braga

ÁREAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	OBJETIVOS OPERACIONAIS/ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
		integração de migrantes				Número de técnicos que participaram Número de entidades que receberam informação sobre as ações	Grupo Temático da Imigração
URBANISMO E HABITAÇÃO	Garantir a igualdade do acesso ao mercado de arrendamento, respeitando as condições de habitabilidade	Reforçar os níveis de informação dos migrantes sobre as questões específicas da habitação	<p>3.1 Divulgação de informação específica sobre o acesso ao mercado habitacional a ser disponibilizada nos pontos de atendimento a migrantes (incluindo informação sobre direitos e deveres nesta área)</p> <p>3.2 Criação de uma 'Bolsa de Habitação' (informativa), com as habitações disponíveis no concelho (tipologia e valores), atualizada regularmente</p>	<p>1</p> <p>1</p>	<p>Distribuição do folheto informativo 300 exemplares</p> <p>1 'Bolsa' em funcionamento</p>	<p>Número de folhetos informativos atualizados e distribuídos</p> <p>Bolsa em funcionamento (utilizada por proprietários e migrantes)</p>	<p>Município de Braga Bragahabit, E.M.</p>



ÁREAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS	OBJETIVOS OPERACIONAIS/ ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
		Criar condições específicas de acesso à habitação e mercado de arrendamento	3.3 Sessões de trabalho e articulação com a Empresa Municipal de Habitação – Bragahabit	1	3 Sessões de Trabalho	Número de sessões de trabalho realizadas	Município de Braga Bragahabit, E.M.
EDUCAÇÃO E LÍNGUA	Melhorar os níveis de conhecimento da língua portuguesa e literacia por parte dos migrantes	Reforçar e qualificar a oferta de ações de formação de língua portuguesa para migrantes	4.1 Realizar ações de formação de português para todos (ações de alfabetização) 4.2 Ações de divulgação da Biblioteca Humana: nas escolas	2 2	3 Ações de Formação 2 ações de divulgação em cada agrupamento	Número de ações de formação Número de participantes Número de entidades que receberam informação sobre as ações Número de ações realizadas em cada agrupamento	CLAIM IEFP Agrupamentos Escolares
		Melhorar a divulgação nos meios de comunicação locais de ações de formação	4.3 Divulgar na imprensa local e nos sites institucionais a oferta de ações de formação	2	6 divulgações de ações de formação	Número de cursos divulgados Número de meios de comunicação que publicitaram ofertas	Município de Braga

ÁREAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS	OBJETIVOS OPERACIONAIS/ ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
		existentes					
	Facilitar os processos de registo de grau de conhecimento e equivalência de qualificações	Articular com a DRE na melhoria da celeridade na resposta aos pedidos de reconhecimento e equivalência de qualificações	4.4 Reuniões de trabalho com a DRE 4.5 Apoio personalizado à correta instrução dos processos de solicitação de reconhecimento de equivalências	1 1	2 Reuniões de trabalho 9 processos acompanhados	Número de reuniões Número de processos apoiados	Município de Braga Núcleo Executivo da Rede Social de Braga CLAIM
CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO	Capacitar as associações locais de migrantes e/ou que trabalham com a população migrante	Reforçar da capacidade de atuação das organizações de migrantes ou que trabalham diretamente com a população de migrantes	5.1 Cursos de formação nas áreas de apoio à gestão de organizações	2	4 Cursos de formação	Número de cursos de formação Número de participantes Número de entidades que receberam informação sobre as ações realizadas	Município de Braga Núcleo Executivo da Rede Social de Braga
	Dotar os NPT de competências transversais que facilitem a sua integração	Reforçar as competências pessoais e sociais da população migrante	5.2 Skills Up - Realização de ações de melhoria das competências transversais dos NPT	2	2 ações de capacitação	Número de ações realizadas Número de participantes	Município de Braga
	Reforçar a qualificação do	Reforçar as competências	5.3 Realização de encontros	2	4 encontros	Número de encontros realizados	Município de Braga

ÁREAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS	OBJETIVOS OPERACIONAIS/ ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
	trabalho realizado por instituições privadas e públicas do município, com a população migrante	interculturais de técnicos/as de instituições privadas e públicas do município	Nacionais/Internacionais com outros projetos de integração de NPT e de dois encontros promovidos pelo ACM 5.4 Capacitação Técnica: N.I.F.I - New Intervention For Imigrants	2	1 ação de capacitação	Número de participantes Número de ações realizadas Número de participantes	CLAIM
CULTURA	Reforçar a expressão da diversidade cultural em todos os domínios e atividades, com incidência na cultura e educação	Criar eventos de divulgação das várias culturas que coexistem no Concelho de Braga	6.1 Encontros Interculturais (Dia das Comunidades) 6.2 Workshops interculturais 6.3 Concursos de interculturalidade nas escolas 6.4 Encontros Desportivos Interculturais	2 2 2 2	3 Encontros 3 Workshops 3 concursos 3 encontros desportivos	Número de ações realizadas Número de associações que participaram Número de participantes (alunos, atletas...) Número de entidades que receberam informação sobre as ações	Grupo Temático da Imigração Agrupamentos de escolas Município de Braga Associações de migrantes Associações locais

ÁREAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS	OBJETIVOS OPERACIONAIS/ ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
			6.5 Festival Internacional de Folclore de Braga	1	2 Festivais	Número de participantes (artistas e público)	
			6.6 Garantir, com os agrupamentos escolares, a inclusão da interculturalidade como tema trabalhado anualmente nos programas do ensino básico	1	Inclusão do tema em todos os agrupamentos	Agrupamentos que incluem a interculturalidade nos seus programas anuais	
			6.7 Atualização/ Manutenção do Museu de Reconhecimento Cultural	2	1 atualização por ano	Número de atualizações realizadas	Município de Braga
	Sensibilização da opinião pública para a promoção e valorização da diversidade	Assinalar datas comemorativas referentes às diversas culturas	6.8 Celebração de datas Comemorativas	2	4 Datas comemorativas	Número de datas comemorativas celebradas	Grupo Temático da Imigração
		Promoção das iniciativas interculturais promovidas pelas associações de	6.9 Divulgação de eventos interculturais na Agenda Cultural de Braga	2	Agenda Cultural de Braga (mensal)	Número de Associações que divulgaram eventos na Agenda Cultural	Grupo Temático da Imigração

ÁREAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS	OBJETIVOS OPERACIONAIS/ ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
		migrantes ou outras entidades				Número de eventos divulgados	
SAÚDE	Garantir e melhorar o acesso dos migrantes ao Sistema Nacional de Saúde	Estabelecimento de parcerias para a promoção do acesso dos migrantes aos serviços de saúde e partilha de informação regular sobre a população migrante do concelho	<p>7.1 Sessões de trabalho com os organismos da Saúde (Hospital e ACES do Cávado)</p> <p>7.2 Garantir informação relativa ao acesso aos serviços de saúde no Manual de Acolhimento ao Migrante e no Braga INCOMING</p>	1 1	3 Sessões de trabalho Serviços de saúde integrados em ambos os suportes	<p>Número de sessões realizadas</p> <p>Tipologia da informação incluída no Manual e no aplicativo</p>	<p>Município de Braga</p> <p>Núcleo Executivo da Rede Social de Braga</p> <p>Hospital e ACES do Cávado</p>
		Melhorar as competências dos NPT nas áreas da saúde e bem-estar	7.3 Workshops "Qualidade de vida, saúde e bem-estar"	2	3 workshops	<p>Número de workshops realizados</p> <p>Número de participantes</p>	Município de Braga
SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL	Melhorar os mecanismos de resposta integrada dos agentes locais a situações de necessidades	Facilitar o acesso dos migrantes às respostas sociais	8.1 Sessões de divulgação aos migrantes sobre as respostas sociais existentes	1	3 Sessões de divulgação	<p>Número de sessões realizadas</p> <p>Número de organismos que participaram</p>	<p>Município de Braga</p> <p>CLAIM</p> <p>IPSS</p>

ÁREAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS	OBJETIVOS OPERACIONAIS/ ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
	específicas da população migrante					Número de migrantes que participaram nas sessões	
			8.2 Encontros/ articulação com os serviços de atendimento e acompanhamento social	1	3 sessões de trabalho	Número de sessões realizadas Resultados alcançados Número de serviços que participaram	Município de Braga Núcleo Executivo da Rede Social de Braga
		Assegurar a igualdade de oportunidades no acesso à ação social no ensino	8.3 Realizar ações de informação aos estudantes migrantes (especialmente do ensino superior)	1	2 Ações de informação	Número de ações de formação Número de migrantes participantes	CLAIM UM UCP
CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA							
	Reforçar os níveis de participação cívica dos migrantes	Aumentar os níveis de participação de migrantes nas eleições e na vida da comunidade	9.1 Campanhas de sensibilização para o recenseamento migrante 9.2 Ações de formação para Mediadores Comunitários	2 2	2 Campanhas de sensibilização 3 ações de formação	Número de campanhas realizadas Número de ações realizadas	CLAIM Município de Braga

ÁREAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS	OBJETIVOS OPERACIONAIS/ ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
						Número de participantes Competências adquiridas	
		Aumentar os níveis de participação de migrantes em atividades de voluntariado e nas associações locais	9.3 Divulgar, junto dos migrantes, projetos de voluntariado (do Banco Local de Voluntariado de Braga) e o associativismo a nível local	2	10 migrantes inscritos no Banco Local de Voluntariado (BLV) 5 migrantes nos órgãos de direção de entidades locais	Número de migrantes inscritos no BLV Número de migrantes nos órgãos de direção de entidades locais	Município de Braga Banco Local de Voluntariado de Braga Associações locais
RACISMO E DISCRIMINAÇÃO	Aumentar os níveis de interação cultural nas escolas atuando preventivamente e criando uma população com um maior nível de abertura à diferença	Reforçar o diálogo intercultural das crianças e jovens do concelho de Braga	10.1 Criar um concurso subordinado ao tema da interculturalidade dirigida às escolas do ensino básico 10.2 Garantir, com os agrupamentos escolares, a inclusão da interculturalidade como tema trabalhado anualmente nos	1 1	2 Concursos Inclusão do tema em todos os agrupamentos	Número de concursos realizados Número de escolas que participaram no concurso Número de escolas que receberam informação sobre o concurso	Município de Braga Agrupamentos de Escolas

ÁREAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS	OBJETIVOS OPERACIONAIS/ ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
			programas do ensino básico			Agrupamentos que incluem a interculturalidade nos seus programas anuais	
		Sensibilizar para a interação cultural e para o combate ao racismo e discriminação	10.3 Realizar palestra de sensibilização e informação	1	2 Palestras	Número de palestras Número de participantes Número de entidades que receberam informação sobre as ações	Grupo Temático da Imigração Observatório dos Direitos Humanos
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Fomentar o aumento de informação disponível nos países de origem e acolhimento para potenciais migrantes e emigrantes.	Aumentar a informação disponível nos países de origem sobre a realidade portuguesa no que diz respeito a direitos e deveres do migrante	11.1 Divulgação de informação aos consulados e associações de migrantes	1	Divulgação de 3 documentos	Número de consulados e associações que receberam informação	Grupo Temático da Imigração
RELIGIÃO	Promover a divulgação dos	Divulgar informação dos locais e horários de culto, divulgado	12.1 Divulgação e atualização regular da informação junto das	1	Atualização semestral da informação	Número de atualizações realizadas	Grupo Temático da Imigração

ÁREAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS	OBJETIVOS OPERACIONAIS/ ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
	locais e horários de culto das religiões praticadas	online e incluindo concelhos limítrofes	associações de migrantes				Associações de migrantes

Teoria da mudança

A construção da teoria da mudança (simplificada) é um procedimento central para clarificar o modelo de intervenção, compreender a sua lógica e clarificar a coerência da mesma. Para além disso, é um procedimento que ajuda a clarificar as questões de avaliação centradas em mudanças efetivamente produzidas.

Procurando acrescentar clareza estratégica de forma transversal e de longo prazo ao PMIM, optámos por integrar neste plano a teoria da mudança que a seguir se apresenta.

Pretende-se fazer aqui um retrato da visão estratégica implícita no PMIM de Braga, não por área, mas sim de forma transversal, procurando espelhar a visão participada e de médio e longo prazo para a migração no concelho.

Do ponto de vista da sua utilidade, pretende-se que estes conteúdos sintetizem o encadeamento de mudanças lógicas desejadas, espelhem uma visão política de longo prazo relativamente ao fenómeno das migrações no concelho e, por último, que possam também potenciar uma futura avaliação do caminho percorrido na implementação de planos de integração de migrantes circunscritos a intervalos temporais de três anos.

Atividades	Resultados (<i>Outputs</i>)	Efeitos	Impactos
Capacitação dos migrantes	Migrantes com competências adquiridas	Autonomia crescente da população migrante	Sentimentos de pertença mútuos
Modelo de intervenção com novos procedimentos (melhor articulação)	Elementos culturais conhecidos e reconhecidos pela comunidade	Acesso garantido a serviços e respostas existentes no território	Reconhecimento pela comunidade da importância da população migrante no território
Facilitar acesso a habitação	Agilização da utilização de respostas e serviços por parte da população migrante	Valorização da diversidade cultural (pela comunidade que acolhe e pelos próprios migrantes)	Saldo demográfico positivo (ou 'negativo atenuado')
Promover a participação cívica e política	Sociedade de acolhimento mais tolerante	Sociedade culturalmente diversificada (de forma crescente)	Desenvolvimento económico do território
Aprendizagem da língua (a adultos e crianças)	Migrantes dominam crescentemente a cultura da sociedade de acolhimento	Comunidade (pessoas, grupos e entidades participam nos processos de acolhimento e integração da população migrante	Cidadãos integrados (migrantes com participação cívica e política)
Garantir informação fundamental relativa a direitos e deveres	Melhorias no domínio da língua		Comunidade intercultural
Facilitação do acesso a respostas e serviços (pela proximidade e informação)	Migrantes munidos de níveis crescentes de empregabilidade		
Apoio nos processos de legalização e do			

Atividades	Resultados (<i>Outputs</i>)	Efeitos	Impactos
reconhecimento formal de habilitações e competências	Cidadãos informados e envolvidos (migrantes)	Cidadãos migrantes participativos na vida política e cívica da comunidade	
Possibilidade de manifestação pública de elementos culturais		Migrantes com processos facilitados no acesso a habitação	
Ações promotoras de momentos de interculturalidade			
Sensibilização da comunidade (grupos e entidades) para a importância do combate ao racismo e discriminação			
Garantir informação fundamental para acesso e funcionamento a serviços			

Modelo de Monitorização e Avaliação

O modelo de monitorização e avaliação do presente PMIM terá duas vertentes.

Na sua dimensão de monitorização serão utilizados os indicadores definidos na dimensão operacional e estratégica. A monitorização resultante da comparação entre o esperado e o executado ou alcançado será feita semestralmente com a recolha e organização dos indicadores previstos e verificação de evidências que demonstrem se as metas previstas foram ou não alcançadas. Podendo, caso se justifique identificar alternativas e reformulações a introduzir em algumas das medidas, caso se verifique uma alteração do contexto de intervenção ou a evidência de que as metas previstas não serão alcançadas.

Na sua dimensão avaliativa, o atual PMIM propõe-se a avaliação (anual) através de doze questões de avaliação, as quais se encontram organizadas em sete dimensões de análise que aqui se apresentam.

Coerência

- As medidas implementadas e os resultados alcançados são coerentes com os objetivos inicialmente definidos?
- Os resultados alcançados estão alinhados com Plano Estratégico para as Migrações?

Pertinência

- Os objetivos e resultados esperados contribuíram para resolver os problemas inicialmente diagnosticados?

Eficácia

- Os objetivos previstos foram alcançados?
- Foram produzidas mais-valias junto de todos os grupos ou entidades previstas?

Eficiência

- Os resultados produzidos com a implementação do PMIM, implicaram um consumo ajustado de recursos?

Impacto

- A implementação do PMIM gerou mais valias de longo prazo na qualidade de vida dos migrantes?
- Que mudanças são expectáveis no futuro na sequência dos resultados e objetivos concretizados através da implementação do PMIM?

Sustentabilidade

- As mais-valias geradas junto da população migrante têm condições para se manterem após a implementação do PMIM 2018 – 2020?
- As respostas ou serviços criados, no âmbito da implementação do PMIM, têm condições para se manterem para lá de 2020?
- As parcerias criadas desenvolveram níveis de compromisso (formal ou não) que se mantêm para lá da implementação do Plano?

Equidade

- As mais valias produzidas pela implementação do PMIM atingiram os diversos grupos de migrantes do concelho? Ou criaram ou acentuaram alguma diferenciação?

Modelo de Governação

Quando olhamos para a governação a nível local, num processo como o de conceção, implementação e monitorização e avaliação do PMIM de Braga, a abrangência da participação é muito significativa, podendo envolver todos os quadrantes da sociedade civil em torno de objetivos comuns, não só na integração de migrantes, mas no próprio desenvolvimento do território.

Trata-se, portanto, de um conjunto de atores envolvidos numa mesma missão, em estratégias conjuntas, unindo esforços e recursos, com o objetivo de melhorar situações devidamente diagnosticadas. Esta abordagem permite chegar a soluções mais discutidas e pensadas, a um maior compromisso geral que decorre do maior envolvimento dos participantes.

O desenvolvimento de práticas colaborativas, instituídas para alcançar mudanças e alterações no que está instituído, implica mecanismos que visem a articulação e a coordenação destas ações conjuntas, de modo a que estas se pautem por critérios de eficiência, eficácia, coerência e pertinência. Neste tipo de abordagem é fundamental definir e distribuir responsabilidades no âmbito da gestão e condução do processo de implementação do PMIM.

Pretende-se uma Governação Integrada e multinível que promova a participação cidadã e a integração das políticas locais a níveis nacional e transnacional.

O planeamento, execução e replaneamento do PMIM têm assim, como suporte, o seguinte quadro organizativo:

- Promoção e acompanhamento político do Plano: Município de Braga;
- Promoção e acompanhamento técnico do Plano: Grupo de Trabalho da Imigração;
- Validação do Plano: Rede Social de Braga;
- Plataforma de Acompanhamento e Monitorização: Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Braga;
- Comunicação institucional do Plano: Plataforma Supraconcelhia da Rede Social.

Simultaneamente, o PMII 2018-2020 será amplamente divulgado junto das comunidades migrantes (designadamente, as de migrantes nacionais de países terceiros) bem como junto da comunidade portuguesa de acolhimento, através da divulgação de material síntese do Plano (traduzido em várias línguas) disponíveis em diversos serviços públicos, da disponibilização dos mesmos (bem como da versão integral do Plano) nos websites adequados, comunicados de imprensa e, ainda, informação direta aos migrantes acompanhados pelo CLAIM e outros parceiros relevantes.

Lista de siglas

- ACT** – Autoridade para as Condições do Trabalho
- CLAII** – Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes
- CLAIM** – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
- CPCJ** – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
- DGAI** – Direção Geral da Administração Interna
- GIP** – Gabinete de Inserção Profissional
- IEFP** – Instituto do Emprego e Formação Profissional
- INE** – Instituto Nacional de Estatística
- NPT** – Nacionais de Países Terceiros
- NUTS** – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
- OMS** – Organização Mundial de Saúde
- PEM** - Plano Estratégico para as Migrações
- PDM** – Plano Diretor Municipal
- PDS** – Plano de Desenvolvimento Social
- PLNM** – Português Língua Não Materna
- PMII** – Plano Municipal para a Integração de Imigrantes
- PMIM** – Plano Municipal para a Integração de Migrantes
- PPT** – Programa Português Para Todos
- RMAD** - Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade
- RSI** – Rendimento Social de Inserção
- SEF** – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- SNS** – Serviço Nacional de Saúde
- UE** – União Europeia

Referências Bibliográficas e Eletrónicas

Anuário Estatístico da Região Centro 2016. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa.

Carrilho, M. J., Figueiredo, M. C. (2006). Medidas de Discriminação Étnica em Portugal: Uma Análise Exploratória. *Revista de Estudos Demográficos*, 41.

Centros Locais de Apoio à Integração dos Migrantes (<http://www.acidi.gov.pt> › És Migrante? › Serviços)

Circular Informativa nº 12/DQS/DMD/07.05.09, Direção Geral de Saúde.

Constituição da República Portuguesa de 2 de abril de 1976.

Decreto-Lei nº 135/99, de 22 de abril, Ministério da Saúde.

Despacho nº 25360/2001, de 16 de novembro, Ministério da Saúde.

Despacho Normativo nº 7/2006, de 6 de fevereiro, Diário da República, 1ª Série, nº 26.

Elegibilidade para as Eleições Autárquicas, Declaração nº 4/2013, de 24 de junho, Diário da República, 1ª Série, nº 119.

Equipa K'CIDADE, GPS, (2007). *Roteiro de Acompanhamento e Avaliação de Projectos de Intervenção Comunitária*. K'CIDADE.

Fonseca, M. L. (2008). *Imigração, Diversidade e Novas Paisagens Étnicas e Culturais, Portugal: Percursos de Interculturalidade*, 2. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. Lisboa.

Hortas, M. J. (2013). *Educação e Imigração: A Integração dos Alunos Imigrantes nas Escolas do Ensino Básico do Centro Histórico de Lisboa*. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. Lisboa.

Imigração em Portugal – Vantagens e Desvantagens da Imigração (http://imigracaononossopais.blogspot.pt/2008/05/vantagens-e-desvantagens-daimigrao_19.html).

Índice dos Municípios Amigos da Imigração e da Diversidade (2014). Alto Comissariado para as Migrações. Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (<https://www.ine.pt/>).

Integração Escolar das Crianças Imigrantes na Europa (2009). Agência de execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (EACEA P9 Eurydice) (<http://dgeec.mec.pt>).

Leal, M., Sanches, I. (2014). Português para Todos: A aprendizagem da Língua Portuguesa como Facilitadora da Interculturalidade e da Inclusão Social e Educativa. *Revista Lusófona*, 27.

Lei de Bases da Segurança Social, Lei nº 4/2007, de 16 de janeiro.

Malheiros, J. (Coord), Fonseca, L. (Coord), Latoeira, C., Carmo, A., Esteves, A., Estêvão, M., McGarrigle, J., Moreno, L., Pereira, S., Ramos, J., Serra, N., Torres, Y. (2011). *Acesso à Habitação*

e Problemas Residenciais dos Imigrantes em Portugal. Observatório da Imigração, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. Lisboa.

Malheiros, J. (2010). *Promoção da Interculturalidade e da Integração de Proximidade – Manual para Técnicos/as*. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. Lisboa.

Malheiros, J. (Coord), Esteves, A. (Coord), Rodrigues, F., Estêvão, M., Mapril, J., Afonso, C. (2013). *Diagnóstico da População Imigrante em Portugal – Desafios e Potencialidades*. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa. Oliveira, C. (Coord), Gomes, N. (2014).

Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal – Relatório Decenal. Observatório da Imigração, Alto Comissariado para as Migrações. Lisboa.

Peixoto, J. (2008). Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal e Tendências Recentes. *Revista Migrações*. Observatório da Imigração, Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa.

Peixoto, J. (Coord), Marçalo, C., Tolentino, N. (2011). *Imigrantes e a Segurança Social em Portugal*. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. Lisboa.

Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020. Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional

PORDATA (www.pordata.pt/).

Programa Português para Todos (<https://www.iefp.pt/programa-ppt-portugues-para-todos>).

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Sefstat – Portal de Estatística (<https://sefstat.sef.pt/>).

Silva, M., Gonçalves, C. (2011). *Diversidade Linguística no Sistema Educativo Português: Necessidades e Práticas Pedagógicas nos Ensinos Básico e Secundário*. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. Lisboa.

Valadas, C., Góis, P., Marques, J. C. (2014). *Quando o Trabalho Desaparece: Imigrantes em Situação de Desemprego em Portugal*. Alto Comissariado para as Migrações. Lisboa.

Anexos

Inquérito aplicado online



Braga - Plano Municipal para a Integração de Migrantes

INTRODUÇÃO


O presente questionário enquadra-se no processo de elaboração do Plano Municipal para a Integração de Migrantes 2ª Geração (2018/2020) do concelho de Braga, a desenvolver pelo Município de Braga, com o apoio técnico da Logframe, e com os apoios do Alto-Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.) e do FAMI (Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração).

A opinião que as organizações e atores locais têm sobre o processo de acolhimento e integração é fundamental para a fase de conceção do Plano, de forma a ajustar a dimensão estratégica e operacional do mesmo, às expectativas e necessidades da população migrante e dos parceiros locais relevantes nesta matéria.

Pedimos-lhe que responda apenas às questões relativas às áreas sobre as quais tem uma perceção ou opinião concreta, caso não seja o caso, deixe a questão em branco e passe para a pergunta seguinte. Pedimos ainda que responda a este inquérito até ao dia 27 de julho.

Toda a informação que disponibilizar será confidencial e apenas servirá os propósitos enunciados.

Agradecemos, desde já, a sua disponibilidade para colaborar neste processo,
O Município de Braga
A Equipa da Logframe



BRAGA
Cidade autêntica

Braga - Plano Municipal para a Integração de Migrantes

CARACTERIZAÇÃO DO INQUIRIDO

Nesta página do questionário pretende-se recolher informação que permita caracterizar a organização/parceiro inquirido.

* 1. Diga-nos qual é a sua organização/ instituição/ entidade:

* 2. Qual a função que desempenha na sua organização/ instituição/ entidade?

* 3. Qual a sua nacionalidade?

Portuguesa

Outra nacionalidade (se for este o caso, especifique qual):

4. A sua organização trabalha diretamente com imigrantes?

Sim

Não

5. A sua organização participou ativamente no desenho do anterior Plano Municipal para a Integração de Imigrantes?

Sim

Não

Não sei

6. A sua organização participou ativamente na execução do anterior Plano Municipal para a Integração de Imigrantes?

Sim

Não

Não sei

2

7. Considera este tipo de plano um instrumento importante para quem trabalha na área das migrações no Concelho de Braga?

- Sim
- Medianamente
- Não

3



Braga - Plano Municipal para a Integração de Migrantes


MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

Nesta página do questionário pretende-se aferir questões sobre a dimensão do emprego/trabalho, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

8. Considera a área do emprego/trabalho e empreendedorismo uma área prioritária no trabalho com imigrantes em Braga?

- Sim
- Medianamente
- Não

4



BRAGA
Cidade autêntica

Braga - Plano Municipal para a Integração de Migrantes

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E LÍNGUA PORTUGUESA

Nesta página do questionário pretende-se aferir a situação em matéria de educação, formação e conhecimento da língua portuguesa, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

9. Considera a área da Educação, Formação e Língua Portuguesa uma área prioritária no trabalho com imigrantes, em Braga?

Sim
 Medianamente
 Não

10. Qual a sua perceção sobre o nível de conhecimento/domínio médio da língua portuguesa da população imigrante, em Braga?

Nulo	Fraco	Suficiente	Bom	Muito bom
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

11. Como caracteriza a situação ao nível local no que diz respeito a:

	Mau	Insuficiente	Médio	Bom	Muito Bom
Processo de reconhecimento/equivalência de habilitações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ajustamento entre qualificações e atividade profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ajustamento entre qualificações e remuneração salarial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso ao sistema de ensino e formação português	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a formação em língua portuguesa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a formação profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apoios específicos na área da educação e formação (eg. bolsas)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5

Braga - Plano Municipal para a Integração de Migrantes

SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

Nesta página do questionário pretende-se aferir a situação em matéria de acesso à saúde e proteção social, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

12. Considera a área do acesso à saúde e proteção social uma área prioritária no trabalho com imigrantes em Braga?

- Sim
 Medianamente
 Não

13. Como caracteriza a situação dos imigrantes ao nível local no que diz respeito a:


	Mau	Insuficiente	Médio	Bom	Muito Bom
Acesso a cuidados primários de saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a cuidados hospitalares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a cuidados continuados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a benefícios sociais pecuniários	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a respostas sociais (equipamentos sociais)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a informação (útil à sua integração)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade do atendimento (à população migrante)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Facilidade de conhecimento das regras de acesso aos serviços	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

14. Tem conhecimento de situações de discriminação nos sistemas de saúde e proteção social portugueses, para com imigrantes em Braga?

- Sim
 Não

Se referiu "Sim", especifique a situação.

7



BRAGA
Cidade autêntica

Braga - Plano Municipal para a Integração de Migrantes

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA


Nesta página do questionário pretende-se aferir a situação em matéria de cidadania e participação cívica, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

15. Considera a área da cidadania e participação cívica uma área prioritária no trabalho com imigrantes em Braga?

Sim
 Medianamente
 Não

16. Como caracteriza a situação dos imigrantes em Braga no que diz respeito a:

	Mau	Insuficiente	Médio	Bom	Muito bom
Informação sobre o sistema eleitoral português	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conhecimento da forma como os partidos políticos tratam as questões da imigração em Portugal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Facilidade de adesão a um partido político	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Forma como, ao nível local, os partidos políticos tratam as questões da imigração	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Facilidade de adesão a uma associação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Facilidade de criação de uma associação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Forma como as associações e entidades locais contribuem para a integração dos imigrantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



Braga - Plano Municipal para a Integração de Migrantes

HABITAÇÃO


Nesta página do questionário pretende-se aferir a situação local em matéria de habitação, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

17. Considera a área da habitação uma área prioritária no trabalho com imigrantes em Braga?

Sim
 Medianamente
 Não

18. Como caracteriza a nível local a situação face a:

	Mau	Insuficiente	Médio	Bom	Muito Bom
Aquisição de habitação própria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Arrendamento de habitação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a habitação social/habitação a custos controlados	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade e conforto habitacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relações de vizinhança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade e manutenção dos espaços comuns (junto às zonas de habitação)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade dos espaços envolventes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>


BRAGA
 Cidade autêntica

Braga - Plano Municipal para a Integração de Migrantes

ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

Nesta página do questionário pretende-se aferir a situação local em matéria de acolhimento e integração, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

19. Considera a área do acolhimento e integração, uma área prioritária no trabalho com imigrantes em Braga?

Sim
 Medianamente
 Não

20. Como classificaria o trabalho e serviços prestados pelas seguintes entidades ao nível local:

	Mau	Insuficiente	Médio	Bom	Muito Bom
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Segurança Social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Centro de Emprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Centro de Saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Hospital	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Câmara Municipal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Finanças	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Registo civil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tribunal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instituições de solidariedade social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Juntas de Freguesia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
CLAIM	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Escolas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Autoridade para as Condições do Trabalho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

10



Braga - Plano Municipal para a Integração de Migrantes

RELIGIÃO

Nesta página do questionário pretende-se aferir a situação local em matéria de práticas religiosas, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

21. Considera a área da religião, uma área prioritária no trabalho com imigrantes em Braga?

- Sim
- Medianamente
- Não

22. Existem lugares de culto próximos e adequados à prática religiosa dos imigrantes?

- Sim
- Não



Braga - Plano Municipal para a Integração de Migrantes

MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Nesta página do questionário pretende-se aferir a situação local em matéria de relações entre os *media* e a população imigrante em Braga, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

23. Considera a área dos *media* e sensibilização da opinião pública, uma área prioritária no trabalho com imigrantes em Braga?

- Sim
- Medianamente
- Não



Braga - Plano Municipal para a Integração de Migrantes

RACISMO E DISCRIMINAÇÃO

Nesta página do questionário pretende-se aferir a situação local em matéria de racismo e discriminação, bem como eventuais problemas e necessidades que associem a esta área específica.

24. Considera a área do racismo e discriminação, uma área prioritária no trabalho com imigrantes em Braga?

- Sim
- Medianamente
- Não

13



Braga - Plano Municipal para a Integração de Migrantes

SUGESTÕES FINAIS

Nesta página do questionário pretende-se que o inquirido indique os principais problemas e intervenções necessárias, sugestões e melhorias a considerar na construção e execução do PMIM 2018-2020.

25. Identifique os problemas que considere mais relevantes, para a população imigrante em Braga:
(identifique até um máximo de 6)

1.

2.

3.

4.

5.

6.

26. Face aos problemas identificados, existe alguma ação, projeto ou intervenção que considere relevante implementar, para a população migrante em Braga? (identifique até ao máximo de 6)

1.

2.

3.

4.

5.

6.

27. Atendendo à experiência de conceção e execução do anterior Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes, de Braga, que sugestões deixaria para o atual processo em curso (elaboração do novo Plano)?

Nacionalidade da população estrangeira residente no município de Braga

Tabela 29 - População estrangeira com estatuto de residente segundo as principais nacionalidades no município de Braga, 2017

Nacionalidade	Nº total
Brasil	2459
Ucrânia	604
China	402
Angola	315
Cabo Verde	262
Itália	221
Roménia	214
Espanha	182
França	100
Guiné Bissau	97
Rússia	72
Moçambique	70
Turquia	67
Reino Unido	64
Venezuela	62
Alemanha	58
São Tomé e Príncipe	50
Senegal	41
Índia	40
Estados Unidos da América	39
Timor Leste	36
Irão	33
Síria	28
Colômbia	27
Bangladesh	25
Nepal	24
Marrocos	23
Polónia	22
Holanda	21
Uzbequistão	21
México	20
Cuba	19
Jordânia	15
Nigéria	15
Bélgica	14
Bulgária	14
Costa do Marfim	14
Lituânia	14
Noruega	13
Paquistão	13
Canadá	11
Chile	11
Hungria	11
Moldávia	11
Egipto	10
Equador	10
Suécia	10
Arménia	9

Áustria	9
Líbano	9
Tailândia	9
Irlanda	8
Palestina	8
Japão	7
Argélia	6
Bielorrússia	6
Gana	6
Guiné	6
Laos	6
Peru	6
Suíça	6
Tunísia	6
Argentina	5
Croácia	5
Iraque	5
República Dominicana	5
Sérvia	5
Geórgia	4
Vietname	4
África do Sul	3
Albânia	3
Congo	3
Dinamarca	3
Finlândia	3
Grécia	3
Israel	3
Paraguai	3
Bósnia e Herzegovina	2
Camboja	2
Cazaquistão	2
Congo (República Democrática)	2
Coreia do Sul	2
Costa Rica	2
Estónia	2
Guatemala	2
Guiné Equatorial	2
Indonésia	2
Luxemburgo	2
Malásia	2
Montenegro	2
Sri Lanka	2
Togo	2
Turquemenistão	2
Uruguai	2
Austrália	1
Bolívia	1
Burkina Faso	1
Camarões	1
El Salvador	1
Eslováquia	1
Eslovénia	1
Filipinas	1

Gabão	1
Honduras	1
Islândia	1
Mauritânia	1
Myanmar (Birmânia)	1
Nova Zelândia	1
Quênia	1
República Centro-Africana	1
República Checa	1
Serra Leoa	1
Taiwan	1
Tanzânia	1

Fonte: SEF